



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

INCRA – SR 25

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional do INCRA no
Estado de Roraima – Região Norte

Lista de siglas e abreviações

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IFRR – Instituto Federal de Roraima
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
NE - Norma de Execução
PA - Projeto de Assentamento
PC – Polícia Civil
PAV – Programa Assentamentos Verdes
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PF – Polícia Federal
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB – Relação de Beneficiários
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SINATE – Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de Protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TJ – Tribunal de Justiça
UA - Unidade Avançada
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO-UnidadeOrçamentária

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Quadro 1 – Identificação da UJ	9
Quadro 2 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 1	10
Quadro 3 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 2	13
Quadro 4 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 3	14
Quadro 5 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 4	15
Quadro 6 – Plano Estratégico do Incra – Objetivo 5	16
Quadro 7 – Execução descentralizada de recursos	17
Quadro 8 – Ações Orçamentárias – Programação e Execução Orçamentária e Financeira	18
Quadro 9 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária	18
Quadro 10 – Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar	19
Quadro 11: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	28
Quadro 12: Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar	29
Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária	35
Quadro 14: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar	36
Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	69

Sumário

1- Apresentação	6
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	8
2.1- Identificação da unidade	8
3- Planejamento organizacional e resultados.....	10
3.1- Planejamento e resultados alcançados.....	10
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos.....	17
3.3- Desempenho operacional	18
4- Governança, gestão de riscos e controles internos.....	53
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	53
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	53
5- Áreas especiais da gestão.....	55
5.1- Gestão de pessoas.....	55
6- Relacionamento com a sociedade	59
6.1- Canais de acesso do cidadão	59
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro.....	62
7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício.....	62
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	64
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	64
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	66
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	66
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	66
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	67
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	68
9- Anexos e apêndices	69
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	69
9.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	70
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	71
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	73

1- Apresentação

Em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, de 01/09/2010, e a Decisão Normativa TCU nº 154/2016, de 19/10/2016 e Portaria TCU nº 59 de 17/01/2014, a Superintendência Regional do INCRA no Estado de Roraima obriga-se a encaminhar o Relatório de Gestão Individual relativo ao exercício de 2016 aos órgãos de controle externo e interno, levando em consideração a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação estabelecidos. Também, a Portaria TCU nº 321/2015, de 30/11/2015, orienta para a elaboração de conteúdos dos Relatórios de Gestão e de informações suplementares referentes ao exercício 2016.

Em seu corpo, este relatório apresenta as demonstrações do alinhamento da atuação da superintendência com os objetivos do Plano Estratégico do INCRA Sede, contendo as ações e metas executadas pela Superintendência Regional no ano de 2016, e os seus principais resultados estratégicos previstos a curto prazo, os principais macroprocessos finalísticos da gestão os quais se desdobram em ações que compõem o Programa Nacional da Reforma Agrária.

Durante o difícil exercício de 2016, haja vista a instabilidade política e econômica que ampliou os obstáculos enfrentados por esta autarquia, a SR/25 desempenhou o seu papel institucional de forma a garantir os direitos de seus clientes. Para isso, priorizou o levantamento ocupacional de projetos que há muito tempo não recebia ações efetivas do INCRA.

As ações desenvolvidas nos Projetos de Assentamento – principalmente o Jatapú e o PAD Anauá - representaram o retorno da Superintendência ao campo, junto de seus beneficiários. Sabe-se que ainda não é o cenário ideal, pois em todos os 67 (sessenta e sete) PA há muita demanda o que resulta em mais esforços para que elas sejam atendidas.

Além disso, os esforços para a captação de recursos financeiros resultaram em uma emenda parlamentar nº. 38040001, apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 (PLN007/2015-CN), de autoria do Senador Telmário Mota, no valor de R\$ 4.256.722,00 (Quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais), que minimizou a escassez financeira da Superintendência e proporcionou a efetivação de uma importante ação que é a infraestrutura.

Outra ação importante desenvolvida pela SR/25 é o estudo para consolidar alguns Projetos de Assentamento do estado. A comissão responsável tem visitado os PA PAD Anauá, Samaúma, Esperança e Paredão, levantando as informações necessárias para atender à normativa que regula o processo de consolidação de Projeto de Assentamento. O objetivo é consolidar os projetos que apresentam melhores condições para tal, bastando ações pontuais para que se concretize.

Vale lembrar que o exercício de 2016 trouxe inúmeros desafios para consolidar o Programa de Reforma Agrária, haja vista o grande corte de orçamento efetuado pelo governo federal, o que ocasionou em uma atuação mais tímida da autarquia frente às demandas existentes e que surgiram ao longo do presente exercício. Mesmo assim esta Superintendência pretendeu realizar seu papel institucional, buscando o aprimoramento para se alcançar a eficiência e a transparência em suas ações, como também atender de forma irrestrita o interesse público.

Por fim, o presente Relatório de Gestão está estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo os seguintes itens: 1) Apresentação; 2) Visão geral da unidade prestadora de contas; 3) Planejamento organizacional e resultados; 4) Governança, gestão de riscos e controles

internos; 5) Áreas especiais da gestão; 6) Relacionamento com a sociedade; 7) Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro; 8) Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; 9) Anexos e apêndices.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA é uma autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, criado pelo Decreto nº 1.110, de nove de julho de mil novecentos e setenta, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Em conformidade com o Regimento Interno do órgão a Superintendência Regional – SR/25 de Roraima compete: Coordenar e executar na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção fidedigna da instituição.

A Superintendência Regional – SR/25 possui a seguinte estrutura organizacional:

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que atua no gerenciamento e fiscalização de cadastro; Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento com sua atuação no processo de seleção e homologação de famílias para o Programa da Reforma Agrária; Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento que aglutina as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e garante acesso aos créditos, bem como os serviços básicos de infraestrutura; Divisão Administrativa que gerencia os recursos humanos e apoia as demais divisões e uma Unidade Avançada, que fica localizada no município de Rorainópolis. A Superintendência Regional de Roraima tem atuação em 12 municípios do estado, exceto os municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia.

Para as áreas de Regularização Fundiária tivemos no ano de 2009, a criação do Programa Terra Legal que é executada pela Secretaria Executiva Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Poder e órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República

Código SIORG: 2837

Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo

CNPJ: 00.375.972/0026-19

Principal atividade: Administração Pública em geral

Código CNAE: 84.11-6-00

Código SIORG: 1799

Código LOA: 49201

Código SIAFI: 373001

Contatos

Telefones/fax: (95)2121 – 5858 (95) 2121 -5841

Endereço postal: Rua Antônio Tavares Raposo, 40 – Calungá, Boa Vista- RR

Endereço eletrônico: Não consta

Página na internet: www.incra.gov.br

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi
373001

Nome Departamento de Administração Financeira – DAF- INCRA

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código Siafi
Não Consta

Nome Não Consta

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

3.1.1- Nome do objetivo estratégico 1 *Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.*

i. Descrição

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	800	0
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	0	0
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol).	Famílias	0	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Famílias	0	0
Número de créditos instalação supervisionados Créditos supervisionado 189 762 Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	Créditos supervisionados	940	0
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	Licenças protocoladas	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	CAR requerido	67	67

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O não atingimento da meta de concessão de crédito deu-se em virtude da mudança na estruturação do crédito instalação após a edição do Decreto nº 8.656, de 26 de maio de 2014. A operacionalização da nova estrutura de créditos ocorre via Sistema Nacional de Concessão de Crédito Instalação – SNCCI, de forma a assegurar a concessão e cobrança. Tal sistema encontra-se com o módulo Cadastro concluído e o módulo Cobrança em ajustes.

Quanto ao serviço de Assistência Técnica, a SR, desde 2012, não celebra contrato. Houve uma tentativa em 2015 para realizar o Chamamento Público (fora levantada a demanda dos assentamentos e elaborado o planejamento estratégico), contudo o contingenciamento orçamentário atingiu os novos contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural em todo o Brasil, tendo como consequência a suspensão de celebração de novos contratos.

Em 2016, o INCRA, timidamente, tenta retomar esta ação ao solicitar da SR a sua demanda, porém, por motivos estratégicos, a prioridade da gestão foi buscar solucionar os passivos existentes nos assentamentos – legado das últimas gestões que pouco se fizeram presentes nos Projetos de Assentamento do estado.

A SR não dispõe de nenhum projeto de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas em sua área de atuação. Um dos motivos para este fato é o número reduzido de servidores da área técnica para desenvolver este trabalho, bem como a ausência de contrato de ATER.

A infraestrutura básica de implantação e recuperação dos projetos de assentamentos estima que nos 67 (sessenta e sete) projetos de assentamento criados pelo INCRA/RR foram construídos aproximadamente 3.000 km de estradas vicinais, onde parte desse total está em condições normais de tráfego e cerca de 50% das estradas precisam de recuperação. Por outro lado, segundo levantamento realizado pelo setor, restam em torno de 1.000 Km de estradas vicinais necessitando da primeira abertura para dar acesso aos lotes de terras.

O PRONERA, no ano de 2016, não firmou nenhum convênio e/ou contrato para dar seguimento às ações que vinha desenvolvendo ao longo dos anos anteriores.

A ação de Titulação e Destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento, no ano de 2016, restringiu-se a aguardar a nova normativa para emissão de Título de Domínio editada pelo INCRA.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Concessão de Crédito: Iniciar a concessão das novas modalidades e valores. Conceder remissão, rebates, descontos e renegociar as dívidas.	Não foram definidos.	Não foram definidos.
Assistência Técnica: Captar recursos financeiros para realizar o chamamento público de ATER.		
Terra Sol: Não há resultados estratégicos para esta ação.		
Infraestrutura: Concluir as obras de implantação e recuperação de estradas conveniadas/contratadas bem como realizar novos convênios e/ou contratos.		
Gestão ambiental: Organizar e planejar atividades a serem realizadas, sobretudo em relação ao CAR.		
PRONERA: Firmar novos convênios.		

3.1.2 - Nome do objetivo estratégico 2: Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóvel gerenciado	32	1877
Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Área fiscalizada	0	0
Número de Sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Sistema mantido	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	Área diagnosticada	0	0
Número de hectares diagnosticados para concessão do direito real de uso de terras públicas federais ao ICMBIO	Área diagnosticada	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóvel georreferenciado	0	0
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Famílias atendidas	0	0
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documentos expedidos	119	0
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de Posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Imóveis regularizados	0	0
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Imóveis regularizados	0	0

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Atualização cadastral:	Não foram definidos.	Não foram definidos.
Captar, analisar e criticar dados literais dos imóveis rurais, certificando a regularidade e informações.		
Demarcação topográfica:		
Manter o atendimento das demandas surgentes.		
Documento titulatório:		
Conceder documentação às famílias assentadas a título provisório		

3.1.3 - Nome do objetivo estratégico 3: Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	Hectares vistoriados	0	0
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Imóveis	0	0
Número de famílias assentadas	Famílias assentadas	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Hectares obtidos	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Área Indenizada	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	Laudo entregue	0	0

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Cadastro e seleção de famílias: Cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias que se enquadram nos critérios do PNRA, após regularização dos achados de auditoria realizados pelo TCU.	Não foram definidos.	Não foram definidos.
Supervisão ocupacional: Vistoriar lotes de assentamento substituir famílias desistentes, regularizar ou retomar.		

3.1.4 - Nome do objetivo estratégico 4: Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Mulheres atendidas	0	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Mulheres atendidas	0	0

O quantitativo de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher, no ano de 2016, foi de...
Como não há contrato de ATER em vigor nenhuma mulher fora beneficiada com assistência técnica.

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Conceder crédito na modalidade fomento mulher. Beneficiar mulheres com assistência técnica.	Não foram definidos.	Não foram definidos.

3.1.5 - Nome do objetivo estratégico 5: Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	Área avaliada e com conjunto avaliação encaminhado à Sede - ha	0	0
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	Área proposta para reconhecimento	0	0
Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Execução	0	0
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID Publicado	0	0
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	Documentos expedidos	0	0
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	Título emitido	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Área Indenizada	0	0

No âmbito desta SR, não há constatação de territórios ocupados por comunidades quilombolas, motivo pelo qual se deixa de aplicar tais atividades.

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Não se aplica à SR.	Não se aplica à SR.	Não se aplica à SR.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	6	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	02
Total de valores repassados	R\$ 1.181.152,30	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	04

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

A Superintendência Regional adota as providências levando em consideração a sua capacidade técnica e operacional, e para isso se utiliza do monitoramento de consultas ao SICONV e ao SIAFI para acompanhar os convênios e garantir os prazos de entrega das prestações de contas.

Essa ação conta com a colaboração dos fiscais vinculados a cada convênio, por meio de Ordens de Serviço.

Neste exercício, contamos com 06 (seis) convênios com sua execução vigente, destes, 03 (três) aguardam liberação de recursos financeiros.

Os convênios constantes no SICONV que se encontram na situação “a comprovar” já estão em fase de adoção das medidas necessárias junto as Convenentes. Já em relação aos convênios na situação “a aprovar”, celebrados em exercícios anteriores, apenas o SICON – 756729 se encontra com a prestação de contas pendente de análise contábil.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	3	0	-	R\$ 15.000,00	R\$ 6.890,14	R\$ 6.890,14	R\$ 6.890,14	-
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	-	-	-	R\$ 4.900,00	R\$ 3.960,42	R\$ 3.960,42	R\$ 3.960,42	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado / unidade	3	0	-	R\$ 5.179,20	-	-
210U	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido / unidade	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel Regularizado / unidade	-	-	-	-	-	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado / unidade	-	-	-	-	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada / hectare	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Área reconhecida / hectare	-	-	-	-	-	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-

Análise

O exercício de 2016 foi marcado por uma grave crise político-financeira no país, situação esta que trouxe reflexos para nossa instituição, prejudicando a execução do planejamento. Como a pontuação de metas físicas é estabelecida no início do ano, tinha-se a perspectiva de realizar várias atividades. Porém, os vários contingenciamentos aplicados ao longo do ano impediram que se pudessem aplicar os recursos inicialmente previstos, provocando a não conclusão de várias demandas. Nesta Regional não foi diferente, os recursos de fiscalizações de cadastro rural foram estornados à direção central, ficando essa ação sem efetuar fiscalização por falta de recursos financeiros.

Da atuação do Serviço de Cadastro Rural depende o gerenciamento da manutenção dos cadastros de imóveis rurais no país atualizados, via dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. As atualizações são realizadas seguindo normativos internos, sendo o detentor de posse ou proprietário de imóvel rural o principal responsável em prestar informações atualizadas para inserção no SNCR. Quando da omissão do responsável, as atualizações são realizadas *ex officio* por um Fiscal de Cadastro Rural do INCRA, o que é feito mediante pesquisa e tratamento dos dados e informações sobre o uso e a posse da terra.

A partir da ampliação da malha de acesso ao SNCR, possibilitada pela implantação da Sala da Cidadania Digital, pelo firmamento de Acordos de Cooperação ou implantação de Termos de Cooperação Técnica entre a Regional e as prefeituras da área sob jurisdição da SR, foi possível aproximar o Serviço de Cadastro Rural de seus principais clientes, os detentores de áreas rurais, facilitando, desta forma, a regularização e a fiscalização cadastral.

O delineamento da meta física de atualizações cadastrais é elaborado a partir de estimativas fundamentadas nas execuções de anos anteriores. Considerando que a atualização cadastral é um serviço que está à disposição do cliente, as demandas não são geradas internamente, mas a partir das solicitações dos próprios interessados. Ou seja, a execução desta meta depende diretamente das necessidades dos detentores de imóveis rurais que demandam o serviço do INCRA.

Ano após ano, esta meta alcança patamares maiores em virtude de todo o investimento feito pela instituição para facilitar o acesso dos detentores de imóveis, o que certamente os tem incentivado a procurar o serviço. Além disso, há muito investimento na realização de parcerias com as prefeituras e outras entidades para celebração de Termos e Acordos de cooperação técnica.

Assim, o planejamento proposto na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, novamente apresentou um excelente rendimento no exercício de

2016. A meta física foi estabelecida, atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, porém foi executada com muita robustez.

Esse dados demonstram que os investimentos nesta política pública têm se refletido na informação e na conscientização da população em atender às demandas do cadastro, contribuindo para o reconhecimento atualizado da malha fundiária no Estado.

Além disso, a Superintendência concluiu no exercício de 2015 a pactuação e assinatura de 05 (cinco) Acordos de Cooperação Técnica, com as Prefeituras Municipais em Roraima, para implantação e manutenção de Unidade Municipal de Cadastramento - UMC, ativos. Também realizou a capacitação de 10 (dez) servidores municipais para atuarem nas respectivas unidades destas UMC.

As principais atividades do setor cartográfico da SR/25, no ano de 2016 foram:

1) Demarcação e Georreferenciamento

- Demarcação e georreferenciamento de 08 (oito) lotes na região do alagadiço (PA Nova Amazônia I), totalizando 2.500 ha, para assentamento de famílias afetadas pela demarcação da TI Raposa Serra do Sol;
- Demarcação e georreferenciamento de 01 (um) lote no perímetro do PA Tepequém, totalizando 1.252,8462 ha, para assentamento de famílias afetadas pela demarcação da TI Raposa Serra do Sol.

2) Levantamento topográfico para elaboração de projeto de demarcação.

- Levantamento de benfeitorias e propriedades nos Projetos Talismã e Nova Floresta (Geral), para elaboração de anteprojeto de demarcação dos lotes;
- Levantamento de propriedades na vicinal 09 do PA Caxias (Vila Santa Luzia) para elaboração de anteprojeto de demarcação da vila e de 15 (quinze) lotes em área de reserva técnica.

3) Serviços de campo, resolução de conflitos envolvendo demarcação topográfica.

- Relocação de 28 (vinte e oito) marcos de limites e rumos em lotes do PA Jatapu;
- Relocação de 2 (dois) marcos de limites e rumos em lotes do PA São Luizão;
- Relocação de 4 (quatro) marcos de limites e rumos em lotes do PA Bom Jesus;
- Apoio topográfico às equipes de campo para levantamento e identificação de área de conflitos fundiários na região do PA Ajarani;
- Apoio topográfico às equipes de campo para levantamento e identificação de área de conflitos fundiários na região do PA Amajari.

4) Atendimento administrativo, serviços técnicos em escritório e demais atendimentos.

- Atendimento ao público (beneficiários da reforma agrária e afins);
- Atendimento técnico às Divisões da SR-25 e Diretorias da sede;
- Análises de processos de certificação (SNCI e SIGEF), inclusão cadastral, regularização de lote, ofícios de órgãos externos (PF, MPE, MPF, TJ, PC, órgãos ambientais e outros);

-
- Gerenciamento e análise dos bancos de dados cartográficos;
 - Elaboração de peças técnicas, membramentos de lotes, produção de mapas de localização;
 - Treinamento de 02 (dois) servidores de outras divisões, para atividades de geoprocessamento de dados.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Demonstrativo do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da Superintendência em base cartográfica, que foi elaborada em ambiente Q-GIS e migrada o Sistema de Informações (SIGEF), tendo o direcionamento do Comitê de Certificação Regional de Certificação de Imóveis Rurais, quanto à análise dos processos referentes aos imóveis ainda não certificados. Estratégia de atuação quanto aos procedimentos de atendimentos aos processos de certificação de imóveis rurais a que se referem à IN/INCRA/ Nº 25/2005 e NE/INCRA/Nº 80, ou norma que as alterar, incluindo os processos de com unificação com cartório e processos de notificação de proprietários de imóveis abrangidos pelo requisito dos Art. 10 do Decreto Nº 4.449/2002, Conforme apresenta sistema de certificação de imóveis rurais, desde a implantação da Lei nº 10.267/2001. Quanto à Base Cartográfica da Regional (SR/25) conta com perímetros 67 (sessenta e sete) de Projetos de Assentamentos ainda em fase de conclusão. A tabela acima representa o status de processos físicos de certificação de georreferenciamento que tramitaram em 2015. O estoque inicial faz referência aos processos que permaneciam sem conclusão, e que foram formalizados dentro do prazo estabelecido antes da implantação do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF. Na maior parte dos casos dos processos remanescentes, os interessados foram notificados ao longo de 2016 e o processo segue o rito de aguardar a manifestação em 60 dias, pelo interessado, para que o técnico prossiga à análise final do processo e defira a certificação ou não. Valem ressaltar que os processos informados foram do Sistema Nacional de Certificação de Imóvel-SNCI, o qual se efetuavam procedimentos de certificação de imóvel em processos físicos existentes na SR. Com o advento do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) é uma ferramenta eletrônica desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para subsidiar a governança fundiária do território nacional, lançado em novembro de 2013. Por esse sistema são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados, gerando assim a certificação do imóvel dos interessados. Por meio do SIGEF é realizada a certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais (§ 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) e a gestão de contratos de serviços de georreferenciamento com a administração pública.

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016		236
Processos protocolados em 2016	+	0
Processos analisados em 2016	-	111
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		
Processos analisados em 2016	+	111
Processos arquivados em 2016 (a)	-	52
Processos certificados em 2016 (b)	-	3
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	56
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	52
Processos certificados em 2016 (b)	+	3
Total de processos concluídos (a + b)		55

No início de 2016, havia um estoque de 236 (duzentos e trinta e seis) processos de certificação (SNCI) válidos. No decorrer do ano, foram analisados 111 (cento e onze) processos, destes foram arquivados 52 (cinquenta e dois) e 3 (três) foram certificados, restando o total de 181 (cento e oitenta e um) processos para 2017, sendo 56 (cinquenta e seis) já analisados (aguardando finalização) e 125 (cento e vinte e cinco) processos a serem analisados.

O rendimento da análise de processos foi baixo, e isso vem se repetindo por alguns anos, tendo em vista que desde Dezembro de 2013 não são mais protocolados novos processos e o estoque inicial de 2016 é resultado dos anos de 2008 até 2013. Estes aguardando a sua finalização há pelo menos 3 (três) anos.

O setor tem algumas dificuldades para analisar e concluir os processos, pois possui apenas um (01) servidor capacitado para este fim, precisando ter completo domínio técnico das normas e softwares utilizados para a análise. Além disso, é preciso uma conexão de internet estável e de boa velocidade para se conectar ao banco de dados do servidor da sede.

Para agravar ainda mais o quadro, este setor possui uma grande demanda de serviços, tanto de campo (demarcação e georreferenciamento, levantamentos topográficos e identificação de áreas), como de escritório (análises de processos de certificação (via SNCI e SIGEF), inclusão cadastral, regularização de lote, ofícios de órgãos externos - PF, MPE, MPF, TJ, PC, Órgãos Ambientais e outros -), o que sobrecarrega ainda mais.

Para serem concluídos (análise, certificação ou arquivamento) todos os processos de certificação no exercício de 2017, seria necessário um servidor só para realizar esta tarefa, sem interrupções. Sendo assim, será discutido com a chefia da divisão e Superintendência formas de resolver alguns dos pontos citados acima, inclusive solicitar servidores de outras regionais para realizar este trabalho.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Visando identificar a possível existência de populações negras tradicionais, oriundas de processos migratórios antigos e recentes de outros estados ou países vizinhos, a SR desenvolveu um trabalho antropológico que resultou na conclusão de que apesar de existir uma concentração de famílias negras afrodescendentes procedentes de várias regiões do país, não foi possível se constatar a presença de uma comunidade quilombola no estado de Roraima.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, responsável por este macroprocesso, atua em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Direção do INCRA, notadamente pela Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária /DF.

Sendo assim, para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados são utilizados sistemas como:

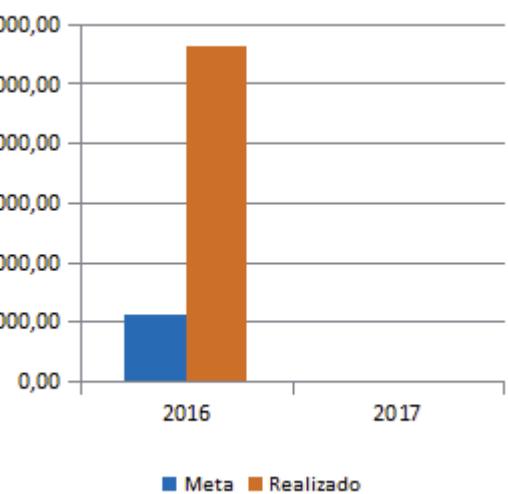
- a) Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, que permite o acompanhamento e gerenciamento de todas as atualizações cadastrais processadas pelo sistema, como também o controle de operações envolvendo a inibição de atualizações cadastrais para imóveis com caracterização predefinidas, por meio da utilização de filtros de comando. Também é possível realizar auditagem de atualizações de imóveis e da utilização do sistema, por usuário;
- b) Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros - SISNATE, que permite o acompanhamento, monitoramento e controle das aquisições de terras por estrangeiros;
- c) Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, que efetua a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais.

Vale lembrar, que para cada sistema utilizado há um gestor responsável pelo controle e monitoramento do acesso dos usuários.

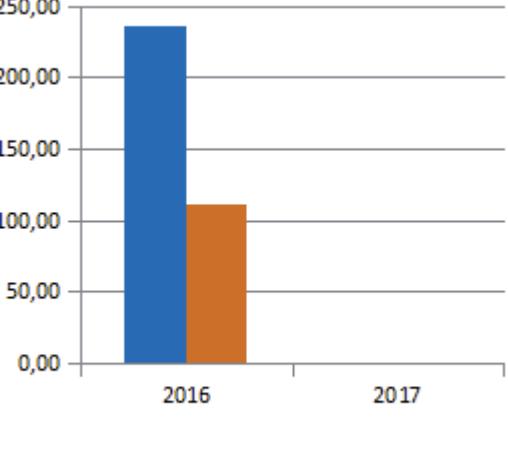
v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

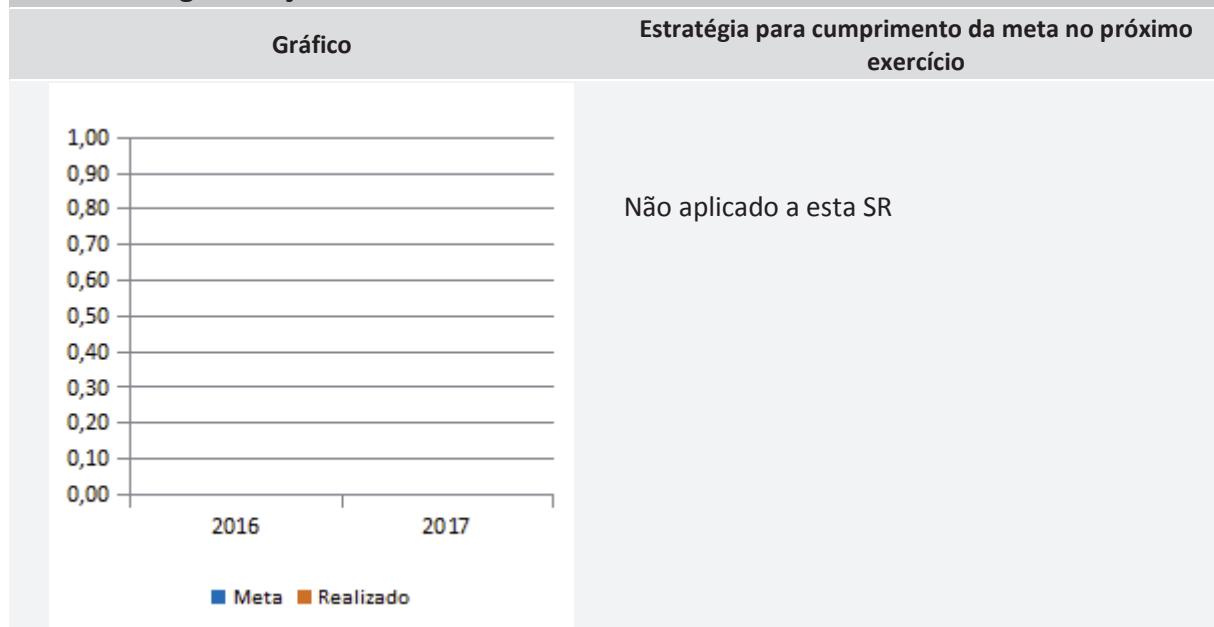
Índice de cadastramento de imóveis rurais

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>100,00</td><td>110,00</td></tr><tr><td>2017</td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	100,00	110,00	2017			Ampliar a malha da rede de UMC nos municípios e melhorar cada vez mais o atendimento de produtores rurais, oriundos de projetos de assentamento e regularização fundiária.
Ano	Meta	Realizado								
2016	100,00	110,00								
2017										

Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>240,00</td><td>110,00</td></tr><tr><td>2017</td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	240,00	110,00	2017			Para o exercício de 2017 não se vislumbra cenário diferente deste exercício, haja vista que não temos previsão de novo concurso público que venha suprir a necessidade de servidores técnicos nessa área.
Ano	Meta	Realizado								
2016	240,00	110,00								
2017										

Índice de regularização fundiária



vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Considerando a Lei 11.952/2009 “Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências”.

Considerando ainda, o Art. 33 da Lei 11.952/09 “Ficam transferidas do Incra para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedir os títulos de domínio correspondentes e efetivar a doação prevista no § 1º do art. 21, mantidas as atribuições do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão previstas nesta Lei.(Redação dada pela Medida Provisória nº 759, de 2016)”

Assim sendo, o INCRA, neste ato representado pela Superintendência Regional e seu Superintendente, perdeu o objeto na regularização fundiária em imóveis rurais nas glebas matriculadas em nome da União Federal, salvo os projetos de assentamentos.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal		
Estoque inicial de processos protocolados em 2016		-
Processos protocolados em 2016	+	-
Analizados em 2016	-	-
Estoque final	=	-
Planejados para atuação em 2016		-

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2016	-
Processos analisados em 2016	-
Planejados para atuação em 2016	-

Quanto ao Programa Terra Legal:

Tendo em vista a Lei 10.304//2001, regulamentada pelo decreto nº 6.754/2009, que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima de terras pertencentes à União, o Programa Terra legal tem atuado na regularização fundiária por meio da liberação de cláusulas dos contratos que foram firmados pelo INCRA e da regularização de imóveis urbanos que encontram-se em glebas públicas federais.

No ano de 2016, em Roraima, o Programa alhures emitiu 41 (Quarenta e um) Títulos de Regularização Fundiária, sendo 37 (Trinta e sete) Liberações de Cláusulas Rurais e 4 (Quatro) Urbanos e 1.132 (Mil cento e trinta e dois) Parcelas georreferenciadas, as quais equivalem a uma área de 998.017 ha.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	-	-	-	R\$ 188.484,00	R\$ 120.827,41	R\$ 116.149,52	R\$ 116.149,52	R\$ 4.677,89
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado / unidade	10	-	-	-	-	-	-	-
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	-	-	-	R\$ 3.337,00	-	-	-	-

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Área vistoriada / hectare	-	-	-	-	-	-
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada / unidade	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Obtida / hectare	-	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área Indenizada / hectare	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitulado / unidade						
211A	Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Regularização Ambiental requerida / unidade	-	-	-	-	-	-

Análise

No exercício de 2016, na ação Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, foram realizadas nos meses de janeiro a março a seleção e a homologação de apenas 03 (três) famílias ao PNRA e 27 (Vinte e Sete) transferências. A partir de então, por força dos acórdãos TCU nº775/2016 e nº2451/2016, que bloqueou o SIPRA as atividades ficaram limitadas às entrevistas com candidatos ao PNRA.

Dessa forma, foram realizadas 485 (quatrocentas e oitenta e cinco) entrevistas durante os trabalhos realizados nos PA Ajaroni, União, Alto Arraia, Tepequém e Jatapú, destas 154 (cento e cinquenta e quatro) na jurisdição da Unidade Avançada de Rorainópolis, aguardando tão somente o desbloqueio do sistema para inclusão.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Os projetos de assentamento sob a jurisdição desta SR foram criados até 2013, visto que a Resolução do Conama nº 458/2013 proíbe a criação de novos projetos na área da Amazônia Legal.

A modalidade de obtenção mais adotada e custos por hectares não se aplica nesta superintendência por se tratar de utilização de terras públicas. Embora esta UJ, hoje, tenha demanda apresentada pelos movimentos sociais representativos dos trabalhadores rurais, a princípio, não temos como apresentar uma estratégia para prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária.

iii. Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Não foi criado PA ou outro tipo de projeto em 2016.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

Como estratégia, o cadastro do perímetro de todos os 67 (sessenta e sete) assentamentos da SR/25 fora concluído, aguardando homologação e análise pelo órgão ambiental estadual competente e mais de 1000 (mil) recibos do cadastro coletivo (perímetro) entregues aos assentados. Também mantivemos contato com a Coordenação Geral de Meio Ambiente (INCRA Sede) a fim de auxiliar a retificação e o aperfeiçoamento dos cadastros, tarefa esta que continuará ao longo do ano de 2017.

Como não houve criação de PA ou de outro tipo de Projeto de Reforma Agrária no âmbito desta SR a regularização de novas áreas não ocorreu.

Quanto à recuperação ambiental, adequando-se à legislação vigente é necessário aguardar as retificações de responsabilidade do convênio UFLA/Lemaf – INCRA e o posterior posicionamento do órgão estadual competente (Femarh) quanto aos Cadastros Ambientais Rurais.

Do ponto de vista educacional, é realizado atendimento individual de orientação aos assentados, prestado na sede da SR/25, quanto a questões ambientais e legais por demanda dos assentados na solicitação de recibos do Cadastro Ambiental Rural - CAR, tais como;

- Importância e finalidade do CAR;
- Licenciamento na Femarh;

-
- Área de Reserva Legal e Área de preservação permanente.

v. *Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia*

Com o CAR os assentados retiram licenças para suas atividades no órgão estadual competente (Femarh), cabendo a este a fiscalização do desmatamento. Cabe ressaltar que nos últimos anos o desmatamento dentro dos assentamentos tem permanecido abaixo de 3 ha por ano por família, o que é permitido para os agricultores familiares.

Não houve atividades referentes à valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas, falta consolidação da legislação específica para CRA (Cota de Reserva Ambiental);

Sobre a recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias, esta UJ aguarda a retificação do CAR pelo convênio UFLA/Lemaf – INCRA e posterior conclusão da análise do CAR pelo órgão estadual competente (Femarh) para efetivar esta ação.

Já a regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar, este será realizado via convênio UFLA/Lemaf – INCRA. A SR aguarda definição do calendário quanto à realização do CAR lote no estado de Roraima.

Por fim, o monitoramento e controle ambiental são feitos pela Coordenação de Meio Ambiente (INCRA- SEDE). A SR/25 não possui estrutura física, financeira e humana apropriada para o monitoramento e controle ambiental dos assentamentos.

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no

exercício de 2016 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Os quadros abaixo não se aplicam a esta SR.

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
-	-	-	-

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
-	-	-

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Como estratégia a SR busca a retomada de parcelas ocupadas irregularmente em Projetos de Assentamento já implantados para atender o passivo de famílias inscritas, bem como a utilização de parcelas vagas dentro dos assentamentos.

Os procedimentos que foram utilizados para o atendimento foram o assentamento de famílias em parcelas vagas dentro do PA e de regularização de famílias que já ocupavam as parcelas sem autorização do INCRA, mas que preenchiam os requisitos do PNRA.

Os principais resultados obtidos no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício são: a expansão do processo de construção e recuperação de estradas, realização de mutirões para emissão de documentos.

O planejamento para o próximo exercício dará prosseguimento ao processo de construção e recuperação de estradas, ampliação do universo de habitações construídas, por meio do PNHR, bem

como finalizar as casas oriundas de créditos de 2012, formalizar parcerias com as Universidades e Instituto Federal, visando a criação de novas turmas para qualificação de novos assentados, desde os níveis básicos, passando por cursos técnicos, até o nível superior.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

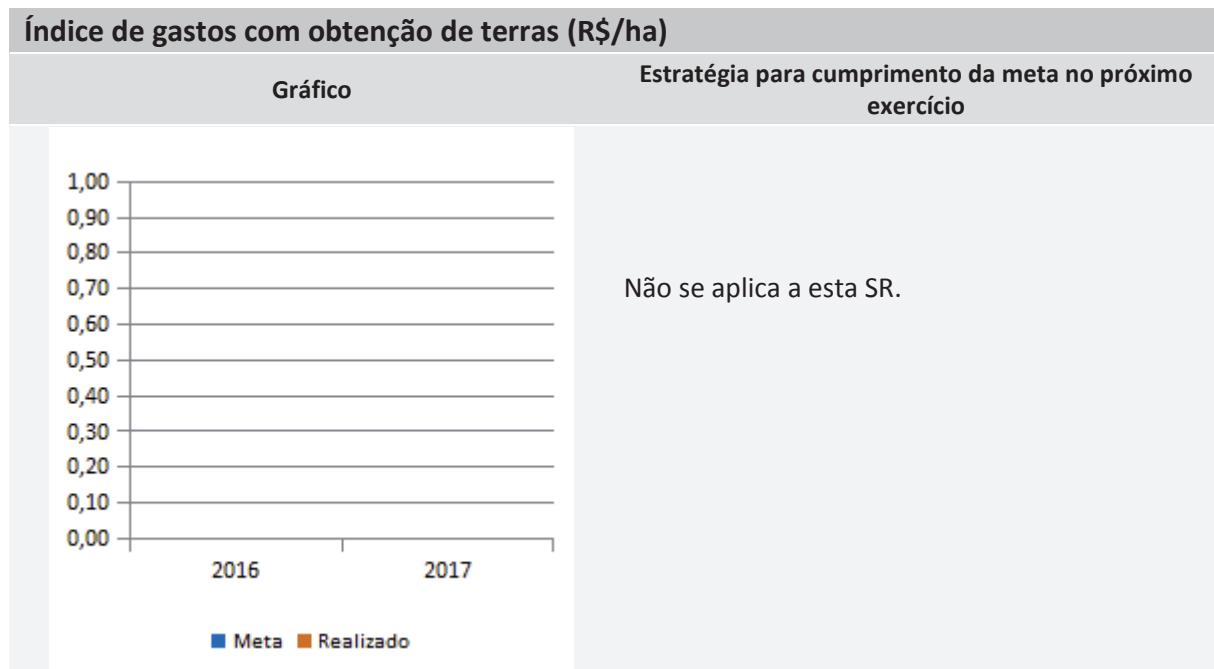
Para o controle dos registros, a Divisão de Obtenção de Terras dispõe de sistemas de controle interno que permitem o registro dos dados de cada procedimento realizado, como é o caso do Sistema de Obtenção de Terras (SISOTE). Ele registra cada etapa dos trâmites dos processos administrativos de obtenção de terras destinados ao programa regional de reforma agrária, desde a seleção da área até a efetiva criação do projeto de assentamento. Nele, cada processo é individualmente registrado com o código de protocolo do Sistema de Protocolo (SISPROT), sendo inseridas as suas informações básicas como: expropriante, modalidade de obtenção, área registrada do imóvel, entre outras informações que são incluídas com a evolução do trâmite processual, permitindo o controle e acompanhamento dos processos, e, a qualquer tempo, extração dos dados por meio de relatórios gerenciais.

Outra ferramenta que garante a fidedignidade dos registros informatizados deste macroprocesso é o Sistema de Informações Rurais (SIR), que acompanha e controla a execução física, mensalmente, das ações da Divisão de Obtenção.

Por fim, há disponível também o sítio wiki.incra.gov.br onde são encontrados dados referentes à execução das ações bem como outras informações de cunho gerencial.

ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:



Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício				
<table border="1" style="margin-top: 10px; width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">Meta</td> <td style="width: 50%;">Realizado</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1,00</td> <td style="text-align: center;">1,00</td> </tr> </table>	Meta	Realizado	1,00	1,00	<p>Esta ação está prevista dentro do plano de metas do PAV.</p>
Meta	Realizado				
1,00	1,00				

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício				
<table border="1" style="margin-top: 10px; width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">Meta</td> <td style="width: 50%;">Realizado</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">10,00</td> <td style="text-align: center;">10,00</td> </tr> </table>	Meta	Realizado	10,00	10,00	<p>Ação realizada em parceria INCRA/ UFLA e já concluída nos 67 (sessenta e sete) Projetos de Assentamento do estado.</p>
Meta	Realizado				
10,00	10,00				

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Não houve assentamentos instituídos no exercício de 2016, nesta UJ.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

Sugere-se que a análise deste macroprocesso não ultrapasse o tamanho de **8 páginas**. Caso os itens vii (ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico), viii (atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento) e/ou ix (relatório consolidado do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental em vigor) se apliquem à Superintendência, acrescentar uma página para cada um desses itens.

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição			Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira	
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Met a	Execução física	Meta orçamen tária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidad a	Valores pagos	Restos a pegar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	0	0	-	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	-	R\$ 8.136.000,00	R\$ 8.084.987,97	R\$ 64.043,88	R\$ 64.043,88	R\$ 8.020.944,09
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	940	0	-	R\$ 58.500,00	R\$ 42.858,11	R\$ 40.646,65	R\$ 40.646,65	R\$ 2.211,46
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada /	124	706	-	R\$ 171.462,00	R\$ 11.118,11	R\$ 99.115,53	R\$ 99.115,53	R\$ 12.002,46

		unidade				R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Ação	Descrição da Ação	Unidade (poduto/unidade)	Atendida	22	-	153.500,00	102.664,89	99.180,17	99.180,17	3.484,72
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	-	R\$ 153.500,00	R\$ 102.664,89	R\$ 99.180,17	R\$ 99.180,17	R\$ 3.484,72
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	-	-	-	R\$ 104.000,00	R\$ 54.454,32	R\$ 32.454,32	R\$ 32.454,32	R\$ 22.000,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade	-	-	-	-	-	-	-	-

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Família Assistida / unidade	-	-	-	R\$ 1.789,08	-	-
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado / unidade	-	-	-	R\$ 2840,00	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Família Atendida / unidade	800	0	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	-	-	R\$ 846.596,89	-	R\$ 1.328.059,40	R\$ 102.339,85
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Família beneficiada /	-	-	-	-	-	-

		unidade						
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado / unidade	940	0	R\$ 4.999,50	R\$ 7.320,99	-	-
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Parcela Supervisionada / unidade	124	706				
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Família Atendida / unidade	0	22	R\$ 2.272,05	-	R\$2.272,05	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento de titulação expedido / unidade	-	-	-	R\$ 2.168,05	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado / unidade	-	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional Formado / unidade	-	-	-	-	-	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado / unidade	-	-	-	R\$ 6.720,00	-	-

O vultoso montante registrado em Restos a Pagar na Ação 211A, Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, diz respeito ao convênio nº 839577/2016, firmado entre a Superintendência Regional do INCRA, em Roraima, e a Prefeitura Municipal de Boa Vista, para recuperação e complementação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento NOVA AMAZÔNIA E NOVA AMAZÔNIA I que está em plena vigência, porém, com execução do objeto suspensa até o atendimento por parte da convenente da Cláusula Terceira (Da condição suspensiva) do atual Termo, que traz em seu texto as seguintes exigências:

"A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva dos seguintes documentos pelo CONVENENTE e à respectiva aprovação pelo setor técnico do CONCEDENTE:

- I. Projeto Básico, nos termos do art. 1º, § 2º, XXI, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;
- II. Licença Ambiental Prévia, ou respectiva dispensa, emitida pelo órgão ambiental competente, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981, e da Resolução Conama nº 237, de 1997;
- III. Outras condições porventura indicadas no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho."

Ressaltamos que o não atendimento dessas exigências por parte da Prefeitura Municipal de Boa Vista no prazo estipulado no PARÁGRAFO PRIMEIRO da cláusula supracitada, ensejará a extinção do convênio, nos termos dos arts. 37, § 6º, e 43, XVIII, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

No exercício 2016, não houve a concessão do crédito Apoio Inicial conforme havíamos previsto, em decorrência de questões relacionadas aos bloqueios do TCU, dificuldades operacionais com a pequena equipe que compõe o setor de créditos, escassez de viaturas e motoristas em determinados períodos e o significativo intervalo de tempo para cumprir todo o fluxo da aplicação do respectivo crédito.

A execução financeira, no tocante à Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às famílias Assentadas da Reforma Agrária, deu-se basicamente em duas frentes: acompanhamento das antigas demandas do crédito Aquisição de Material de Construção - AMC - ainda não finalizado, e o levantamento para fins de concessão do novo crédito Apoio Inicial, haja vista o decreto nº 8256/2014, que normatiza o referido crédito, preconizar a necessidade de ir in loco verificar se as famílias de fato residem no assentamento.

Em relação ao que foi gasto na Ação 211A, pode-se fazer uma análise satisfatória do Custo x Benefício, pois foram feitos levantamentos para concessão do novo crédito em mais de vinte (20) projetos de assentamento e visitas em outros 6 (seis) projetos que ainda apresentam trabalhos inacabados do antigo crédito instalação, modalidade AMC, desenvolvendo trabalhos de levantamento das necessidades para sanear as pendências ou verificando os trabalhos executados nos meses finais de 2016.

Como forma de alcançar melhores resultados para o próximo exercício, a Superintendência buscará perfeiçoar o planejamento do exercício anterior, focando numa proposta de trabalho que leve em conta as dificuldades já conhecidas (limitação orçamentária, número reduzido de servidores no setor, número reduzido de viaturas) com vistas a obtermos melhores resultados. Será uma busca constante para otimizar os recursos financeiros e assim alcançar as metas estipuladas.

Sobre o PNDTR a SR desenvolveu um trabalho estreito com as trabalhadoras rurais do estado, dando a elas, por meio da posse de diversos documentos, mais autonomia, exercício de direitos e a possibilidade de avançar no acesso das políticas públicas. O PNDTR tem a característica de alcançar os rincões deste país.

Para isto, a equipe composta por 3 (três) servidores realiza o levantamento das demandas por meio de reuniões com os parceiros e com resultado destas reuniões é elaborado o calendário para o exercício.

Apesar de o trabalho atender lugares distantes, e isso ser um motivo para que esforços fossem reunidos, as condições operacionais para desenvolvê-lo não são as ideias. Faltam recursos para equipamentos de trabalho (impressoras, máquina de fotocópia, data show e material para divulgação do programa). Mesmo assim, em 2016, foram emitidos 1284 (mil duzentos e oitenta e quatro) documentos às trabalhadoras rurais do estado de Roraima.

Dados sobre créditos

CONCESSÃO DE CRÉDITOS INSTALAÇÃO: MODALIDADE APOIO INICIAL

Previsão Inicial	Previsão Ajustada	Quantitativo Alcançado
500	132	00

Em decorrência do cenário do exercício 2016, repactuamos o nosso quantitativo total de créditos a serem concedidos para menos de 50% da previsão inicial, pois acreditávamos que seria possível. No entanto, com os bloqueios do TCU e, por consequência, o travamento do SNCCI por um determinado período, associados ao fator de que uma boa parcela dos assentados não reside de modo pleno nos projetos e dificuldades operacionais com a pequena equipe que compõe o setor de créditos, impactaram consideravelmente para não alcançarmos a meta ajustada.

Dos trabalhos de levantamento realizado em campo com foco na concessão do novo Crédito Apoio, fizemos o lançamento no SNCCI de algo superior a 200 (Duzentos) beneficiários para serem contemplados com esta modalidade. Porém, com os bloqueios do TCU, mais de 80% deste universo possuíam restrições e não poderiam acessar o crédito.

CONCESSÃO DE CRÉDITO INSTALAÇÃO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS: NOVO CRÉDITO

Expectativa da Superintendência	Montante Financeiro
800	R\$ 1.920.000,00

Em decorrência do passivo existente na concessão do Crédito Apoio Inicial em Roraima, a Superintendência almejava fazer um significativo pagamento desta modalidade no exercício, contudo, como já foi citado, a expectativa não se confirmou.

SUPERVISIONAR E FISCALIZAR A CONCESSÃO DE CRÉDITOS

ANTIGO CRÉDITO AMC		Novo crédito Instalação, Modalidade Apoio Inicial I	
Meta Prevista	Meta alcançada	Meta Prevista	Meta alcançada
120	96	132	00

A ação de supervisão e fiscalização de concessão de créditos limitou-se ao acompanhamento de antigas demandas do crédito instalação, modalidade Aquisição de Material de Construção, em execução desde 2011. A meta não foi plenamente alcançada em virtude de não terem sido retomados os trabalhos em três assentamentos.

Já em relação ao novo crédito, realizamos as visitas para constatarmos quais famílias moravam nos assentamentos e assim dar prosseguimento ao fluxo do crédito. Não alcançamos a meta desta ação em virtude de não ter havido a concessão desta modalidade.

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

A partir da reunião de informações oriundas de várias fontes de pesquisa, entre elas a coleta de dados resultantes de observações feitas pelos técnicos do setor de infraestrutura da Superintendência Regional de Roraima, foi possível traçar o seguinte diagnóstico da atual situação dos projetos de assentamento em relação à infraestrutura básica:

Estradas Vicinais:

Estima-se que nos 67 projetos de assentamento criados pelo INCRA/RR foram construídos aproximadamente 3.000 km de estradas vicinais, onde parte desse total está em condições normais de tráfego e cerca de 50% das estradas precisam de recuperação. Por outro lado, segundo levantamento feito por meio de imagens de satélite, via sistema Google Earth, restam em torno de 1.000 km de estradas vicinais necessitando da primeira abertura para dar acesso aos lotes de terras.

O quadro seguinte detalha o passivo existente para abertura/construção de estradas baseado na visualização das imagens de satélite. É importante salientar que em alguns assentamentos a resolução das imagens não nos permitiu aferir a extensão dos trechos que necessitam de intervenção:

Levantamento de Estradas - Estimativa por meio do Google Earth		
Nome	Município	Estradas a Construir (Km)
PA AJARANI	IRACEMA	11,10
PA AMAJARI	AMAJARI	27,00
PA ANAUÁ/* 13 assentados	RORAINOPOLIS	153,20
PA BOM JESUS	AMAJARI	25,60
PA BOM SUCESSO	SÃO LUIZ	-
PA CAXIAS	CANTA	16,58
PA CUJUBIM	CARACARAÍ	16,48
PA EQUADOR	RORAINOPOLIS	12,67
PA ESPERANÇA	CANTA	-
PA INTEGRAÇÃO	RORAINOPOLIS	7,41
PA ITA	CARACARAÍ	-
PA JACAMIM	CANTA	4,00
PA JAPÃO	IRACEMA	5,78
PA JATAPU	CAROEBE	47,21
PA JUNDIÁ	RORAINOPOLIS	-
PA LADEIRÃO	RORAINOPOLIS	69,37
PA MARANHÃO	IRACEMA	12,46
PA MASSARANDUBA	IRACEMA	17,65
PA NOVA AMAZÔNIA	BOA VISTA	-
PA NOVO PARAÍSO	CARACARAÍ	16,61
PA PAREDÃO	ALTO ALGRE	24,45
PA QUITAUÁÚ	CANTA	11,00
PA RIO DIAS	CARACARAÍ	20,03
PA RR-170	CARACARAÍ	-

PA SAMAUMA	MUCAJAI	68,43
PA SÃO JOSÉ	IRACEMA	-
PA SÃO LUIZÃO	SÃO JOÃO DA BALIZA	-
PA SERRA DOURADA	CARACARAÍ	17,52
PA TABOCA	CANTA	10,00
PA TATAJUBA	CANTA	11,00
PA TEPEQUÉM	AMAJARI	18,04
PA UNIÃO	CANTA	28,58
PA VILA NOVA	MUCAJAI	9,26
PA VILENA	CANTA	-
PA NOVA AMAZÔNIA - I	BOA VISTA	50,00
PA ANGELIM	CARACARAÍ	8,40
PA CAFERANA	CANTA	7,00
PA CASTANHEIRA	CARACARAÍ	-
PA CUPIUBA	CARACARAÍ	-
PA JATOBÁ	CANTA	32,00
PA PAU BRASIL	16,0	-
PA PAU RAINHA	CANTA	26,00
PA SERINGUEIRA	CANTA	27,50
PA SERRA TALHADA	SÃO JOÃO DA BALIZA	-
PA CHIDAUÁ	CARACARAÍ	12,60
PA RENASCER	BONFIM	-
PA TERRA NOVA	CANTÁ	12,00
PA ARCO ÍRIS	CARACARAÍ	23,00
PA TALISMÃ	MUCAJAI	9,60
PA NOVA FLORESTA	MUCAJAI	18,00
TOTAL		887,53

Energia Elétrica:

Em relação ao atendimento da população residente no meio rural, por meio do fornecimento de energia elétrica, podemos afirmar que apesar do grande avanço que ocorreu na última década, a partir da criação do Programa Luz para Todos, em 2003, o qual é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, ainda é grande a demanda por este serviço nos assentamentos que estão sob a tutela da Superintendência Regional de Roraima. Nesse contexto, é importante salientar que a chegada do programa fez com que boa parte das ações da instituição, que antes eram direcionadas para a implantação da citada infraestrutura de forma direta pelo INCRA-RR, agora se voltam para a viabilização desta política pública de universalização do acesso e uso da energia elétrica, principalmente com a implantação e melhoramento da malha viária nos assentamentos, o que é um ponto fundamental para o alcance das metas do Programa Luz para Todos.

Abastecimento de água:

De maneira semelhante ao que ocorre em referência ao fornecimento de energia nos assentamentos, este também é um parâmetro de difícil quantificação pelo setor de infraestrutura desta SR, dado ao fato de que a implementação das ações relacionadas ao abastecimento de água

não ser de exclusividade da Superintendência, uma vez que com essa mesma finalidade são direcionados esforços por outras instituições como FUNASA, Ministério da Defesa e ainda o Ministério da Integração Nacional, a quem compete coordenar o Comitê Gestor do Programa Água Para Todos, que foi instituído em 2011, com o objetivo de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar. Porém, mesmo com este reforço no combate à exclusão social causada pela falta de acesso a este bem imprescindível ao desenvolvimento das comunidades rurais, ainda é muito frequente em nossa região a captação e consumo da água proveniente de pequenos córregos, cacimbas ou poços rasos individuais, cavados pelos próprios assentados em suas propriedades, com a utilização da parte superficial do lençol freático. Todas essas formas de uso dos recursos hídricos estão sujeitas à contaminação, sendo potenciais transmissoras de doenças como Cólica e Diarreia Infecciosa. Além disso, a quantidade de água disponível nesses meios pode sofrer grande variação com o tempo.

Em relação às ações que estão sendo adotadas para enfrentar o passivo de infraestrutura existente nos Projetos de Assentamento, podemos destacar a atuação direta da Superintendência Regional do INCRA, em Roraima, por meio da deflagração de procedimentos licitatórios que têm como objeto a construção e recuperação de estradas vicinais, como é o caso da Concorrência Pública nº 01/2016, cuja finalidade foi a contratação de empresa para construção e complementação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Alto Arraia e Ladeirão, nos municípios de Bonfim e Rorainópolis, respectivamente.

Frisamos também a busca de apoio político, objetivando a maximização da disponibilidade orçamentária da Instituição com o aporte de recursos provenientes de emendas parlamentares que nos darão uma maior capacidade para avançar em direção a uma solução definitiva para as questões que envolvem a infraestrutura em assentamentos. Um exemplo de êxito obtido no trabalho incessante na busca por apoio para o fortalecimento da Instituição perante todos esses desafios foi a destinação ao INCRA-RR da emenda parlamentar nº. 38040001, apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 (PLN007/2015-CN), de autoria do Senador Telmário Mota, no valor de R\$ 4.256.722,00 (Quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais).

Entre as medidas tomadas de forma direta, ainda podemos citar a celebração de convênios com prefeituras municipais, visando a transferência de recursos financeiros para a execução de programas e projetos cujo fim é a implantação de infraestrutura básica nos Projetos de Assentamento. Nessa linha, se deu a assinatura do termo referente ao convênio nº 839577/2016, firmado entre esta Superintendência e a Prefeitura Municipal de Boa Vista, para a execução de obras de complementação e recuperação de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento Nova Amazônia e Nova Amazônia I, no valor de R\$ 8.016.000,00 (Oito milhões e dezesseis mil reais).

Já em relação aos benefícios gerados graças à atuação indireta desta SR, destacamos o atendimento das comunidades rurais por programas cuja gestão cabe a entidades que têm atuado no interior dos assentamentos, conforme observado no projeto para implantação da eletrificação rural nas Vicinais 01, 03, 04, 06 do PA Tepequém, no município de Amajari, por meio do Programa Calha Norte, do Ministério da Defesa, que atualmente é viável graças à construção de tais vicinais anteriormente pelo INCRA.

Um resumo das ações voltadas para infraestrutura, realizadas pela superintendência no ano de 2016, está detalhado no quadro seguinte:

Tipo de Instrumento	Nº/Año	Objeto	Valor (R\$)	Data do empenho	Vigência
Contrato	01/2017	Construção e Complementação de Estradas Vicinais nos Projetos de Assentamento Alto Arraia e Ladeirão, nos municípios de Bonfim e Rorainópolis, respectivamente	4.248.957,83	30/12/2016	06/01/17 a 06/07/17
Convênio	839577/2016	Recuperação e Complementação de Estradas Vicinais nos Projetos de Assentamento Nova Amazônia e Nova Amazônia I, localizados no município de Boa Vista-RR	8.016.000,00	15/12/2016	19/12/16 a 30/12/17

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Em meados de 2016, a nomeação de um Superintendente Regional pertencente ao quadro técnico de nosso Instituto resultou em uma expectativa perante os servidores. E como bandeira, esta nova gestão buscou levar à SR de volta ao campo, junto dos seus clientes. Para isso, decidiu-se que a ação de Supervisão Ocupacional seria prioridade para enfrentar esse distanciamento.

De tal sorte que foram realizadas ações de gestão nos Projetos de Assentamento: Ajurani, Jatapu, Taboca, Esperança, Tatajuba, União, Caxias, Pau Rainha, Bom Sucesso, Serra Talhada e São Luizão.

Perante os 67 assentamentos existentes sob a tutela do INCRA em Roraima, ainda é pouco, mas é o que pôde ser feito, tendo em vista limitações de nosso corpo técnico.

Foram vistoriados lotes 706 (setecentos e seis) rurais sob a égide da Instrução Normativa 71/2012 e encaminhados os respectivos processos com pareceres técnicos acerca da situação encontrada. A esperança é de que muitos documentos titulatórios possam ser expedidos como produto desses levantamentos de campo realizados.

A presença do INCRA no campo ocorreu como há muito tempo não ocorria, atendendo aos anseios de agricultores familiares esquecidos por gestões anteriores.

Muito ainda precisa ser feito. Contudo, como consequência das ações deste exercício, já em 2017, dando sequência às vistões técnicas, provavelmente todos os assentamentos de nosso Estado será contemplado com a ação de Supervisão Ocupacional, o que proporcionará atingir a meta oferecida por Brasília, ao INCRA-RR, de titular 1.500 (Mil e Quinhentos) famílias, gerando assim segurança jurídica a essas famílias assentadas, que ficarão também em condições de buscar linhas de crédito rural oferecidas dentro da política agrícola nacional em vigor.

Vale citar outro trabalho desenvolvido pela Divisão de Desenvolvimento da SR-25, que foi o levantamento de dados e informações relativo aos perímetros original e atual do PA/Ajurani. Este PA foi reduzido em cerca de 80.000 (oitenta mil hectares), por Superintendente anterior - segundo nossa Auditoria Interna - sem nenhuma espécie de critério, o que acarretou em uma insegurança jurídica na região. Para solucionar este problema, a atual gestão formou uma equipe técnica robusta, com técnicos experientes, dois dos quais inclusive exercendo funções de chefia.

O produto final deste trabalho foi um Laudo Pericial, protocolado no gabinete do Superintendente Regional e em nossa Procuradoria Federal Especializada no dia 17/02/2017.

Esse trabalho ocupou grande parte de nosso corpo técnico, viabilizando o avanço em outras atividades, como: ATER, agroindustrialização e fiscalizações ambientais em áreas de Reserva Legal e APP.

A gestão atual da SR/25 herdou um enorme passivo originado da inércia das gestões anteriores, mas tem tentado, mesmo diante dos obstáculos que cercam a nossa Autarquia, buscando sempre foco naquilo que é o mais importante: o bem estar do nosso cliente – o pequeno agricultor.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. *Crédito Instalação*

Para viabilizar a concessão dos novos créditos Instalação faz-se necessário equacionarmos de forma eficiente as nossas limitações administrativas e/ou operacionais por meio de um planejamento sistemático que contemple um amplo engajamento da nossa reduzida equipe. Contudo, o grande obstáculo para que isso ocorra é a desmotivação que assola grande parte dos servidores desta SR, fruto da desvalorização salarial que atinge todas as carreiras do INCRA. Mesmo assim, o alcance das metas, ou até mesmo sua ampliação, representa um anseio da Superintendência, pois o crédito é um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar.

Em linhas gerais, percebemos que a otimização de resultados ocorrerá com a inserção de uma dinâmica de trabalho mais arrojada e neste sentido pautaremos nossas ações de 2017.

Para execução dos trabalhos de cobrança de crédito instalação já concedidos, adotou-se o critério da modernidade, ou seja, primeiramente foram feitos aqueles concedidos mais recentemente até chegar aos créditos mais antigos.

A previsão para o período do PPA 2016-2019 é a Superintendência sanear o máximo possível do passivo existente, mesmo com as dificuldades de localização de processos e documentos antigos.

No tocante ao novo crédito, ainda não há passivo para cobrança e quando tal cenário ocorrer o processo de cobrança será mais simples e célere, em virtude do atual sistema de cobrança possuir uma plataforma bem estruturada, além da instrução processual dos últimos créditos ter sido aprimorada.

2. *Agroindustrialização*

Não fora realizada, no exercício de 2016, atividade voltada para a agroindustrialização nos PA desta SR.

3. *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*

Como não fora realizada atividade voltada para a agroindustrialização no âmbito desta SR não ocorreu assistência técnica para este fim.

4. *Educação no campo*

Em 2016, não houve celebração de nenhum contrato/convênio celebrado para esta ação, contudo os estudos e planos para retorno dos cursos viabilizados pelo PRONERA continuam como seguem abaixo:

Tem-se 4 (quatro) cursos aprovados na Universidade Federal de Roraima - UFRR, são eles:

- 1) Pedaladas do saber III: é um curso de alfabetização de 600 (seiscentos) educandos;
- 2) Projeto conhecer: Educação de Jovens e adultos, 1º segmento - 1º ao 5º ano, também com 600 (seiscentos) educandos;
- 3) Projeto EFEJA: Anos Finais do 6º ao 9º ano 600 (seiscentos) alunos. Este é o primeiro curso de escolaridade anos finais. Abrangerá os municípios do sul do estado;
- 4) Projeto INSTRUÍR II: Anos Finais Curso terá turmas no sul do Estado, Cantá, Amajari, Alto Alegre.

Todos estes 4 (quatro) cursos estão aprovados por meio de convênio a ser firmado entre INCRA/AJURI/UFRR. Porém, com as mudanças da legislação os convênios mudaram para TED - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, desta forma os cursos seriam tratados diretamente com a UFRR, sem a presença da fundação para reger os contratos.

Após inúmeras tratativas com a UFRR, a mesma, alegando que não conseguiria executar sozinha estes cursos desistiu deles, já que por meio de TED tornou-se inexequível para aquela instituição realizar os cursos.

Atualmente, a SR está em diálogo com a FUNDAÇÃO AJURI para que esta se habilite para efetivar os cursos, utilizando-se da parceria antiga, INCRA/UFRR/AJURI

Quanto ao nível Superior informamos que há a previsão de 5 (cinco) cursos a serem implantados, são eles:

- 1) Projeto Acadêmico do curso Superior em Agronomia "AGRONER" para áreas da Reforma Agrária no Estado de Roraima-RR: o referido projeto já foi aprovado pela Comissão Pedagógica Nacional em 2011, obtendo a liberação de recursos para execução, e por motivos administrativos na UFRR não foi executado. O projeto foi reformulado a está dentro das novas Normas do Manual do PRONERA em vigência, atendendo também as adequações sugeridas por esta Coordenação. Serão 2 (duas) turmas de 45 (quarenta e cinco) alunos cada, totalizando 90 (noventa) alunos.
- 2) Projeto Acadêmico do Curso Superior de Pedagogia: para atender 135 alunos em parceria com a Universidade Estadual de Roraima - RR. O curso será divididos em 3 (três) turmas de época, Universidade Federal de Roraima - UFRR, porém , por motivos de mudanças nos setores administrativos na própria UFRR, não foi executado.
- 3) Projeto Acadêmico do Curso Superior em Engenharia de Pesca: parceria com a Universidade Estadual de Roraima - RR. Serão 90 (noventa) alunos, divididos em 2 (duas) turmas de 45 (quarenta e cinco) cada. Este curso já está aprovado.
- 4) Projeto Acadêmico do Curso Superior em Medicina Veterinária: parceria com a Universidade Estadual de Roraima - RR. Serão 70 (setenta) alunos, divididos em 2 (duas) turmas de 45 (quarenta e cinco) cada. Este curso ainda não foi aprovado, mas retornou para ser adequado e posteriormente encaminhado à sede para nova análise.

Os cursos seriam realizados pela UERR, com a qual esta SR manteve negociações de parceria. Porém, houve mudança do Reitor durante as tratativas e este fato acarretou na paralisação das negociações, pois para a nova gestão daquela Universidade os cursos não eram prioridades. O Superintendente anterior tentou ainda negociar a retomada dos cursos, mas não logrou êxito.

Após a UERR se manifestar que não teria interesse em continuar com a parceria com o PRONERA/INCRA, tentou-se efetivar estes cursos com o Instituto Federal de Roraima – IFRR, porém, após contato inicial, houve a troca de Reitor e as negociações pararam. Como aconteceu com a UERR.

Somado a isto, há o fato de que os projetos foram elaborados por professores da UERR e não do IFRR, o que acaba provocando uma situação desconfortável. Mesmo assim, foi feita uma ponte entre estes professores e o Instituto com o fito de efetivar os cursos, contudo, atualmente, devido a todos estes fatores os cursos não se efetivaram.

E, por fim:

5) Projeto Acadêmico do Curso Superior em Engenharia de Pesca: parceria com UFRR, serão 80 (oitenta) alunos, divididos em 2 (duas) turmas de 40 (quarenta) cada. Este curso está em fase final de elaboração por parte da UFRR e será encaminhado a Brasília em Abril, para análise.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

Os principais controles utilizados para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações desta Divisão como também garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência são os seguintes sistemas:

- a) SIR/Monitoramento e Avaliação - permite o acompanhamento mensal da execução física e orçamentária dos principais programas/ações constantes no PPA e definidos a cada exercício pelo órgão central a UJ;
- b) SIPRA - agrupa as informações de todos os candidatos ao PNRA, assentados da reforma agrária e dos projetos de assentamento;
- c) SIATER – Sistema de acompanhamento e fiscalização das atividades prestadas pelas entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;
- d) wiki.incra.gov.br – agrupa informações atualizadas e detalhadas das principais atividades monitoradas no Sistema SIR/Monitoramento e Avaliação.

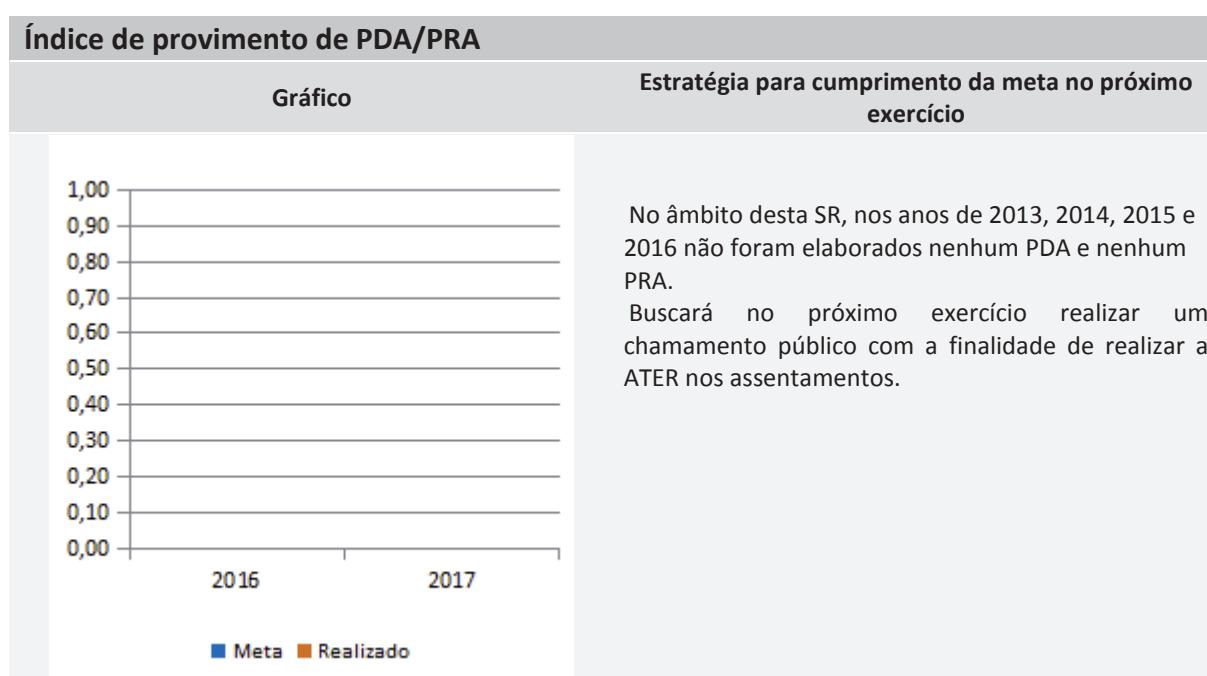
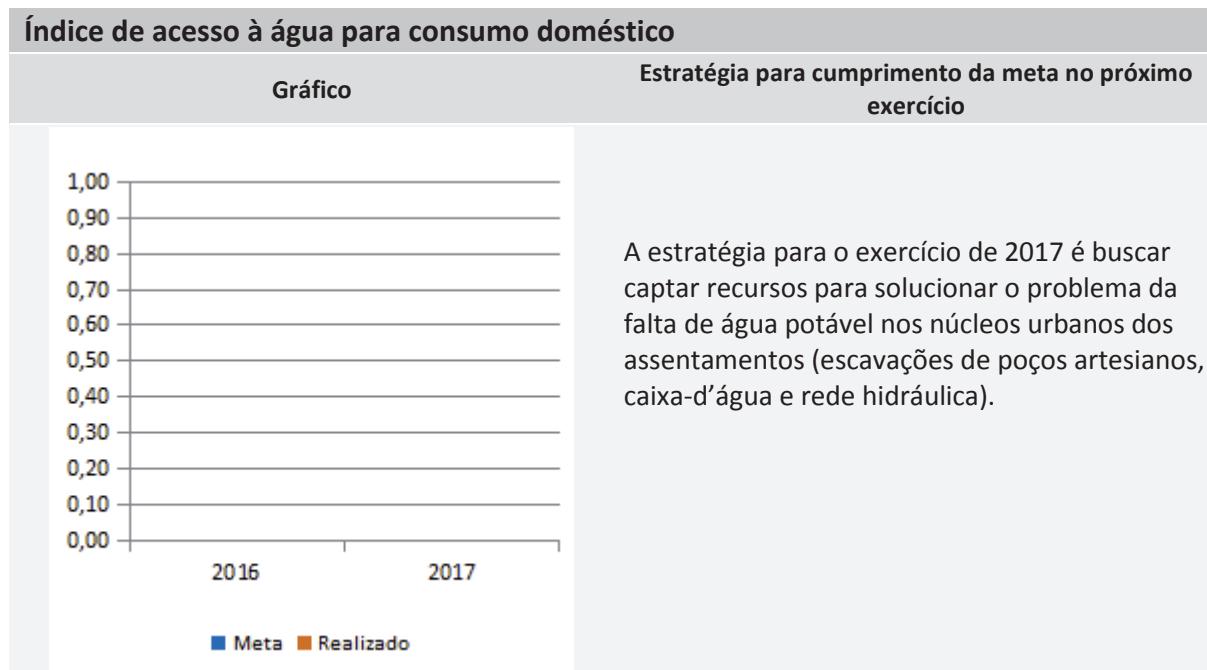
Após cruzamento de dados entre os lançados no SIR/Monitoramento e os detalhados no Wiki.Incra o gestor identifica eventuais inconsistências de informações. Caso os números inseridos no sistema estejam corretos o SIR/Monitoramento é homologado pelo Superintendente.

O arquivamento físico das informações repassadas pelas áreas finalística e de apoio administrativo ao Planejamento e Controle permitem levantamento histórico de todos os dados inseridos nos

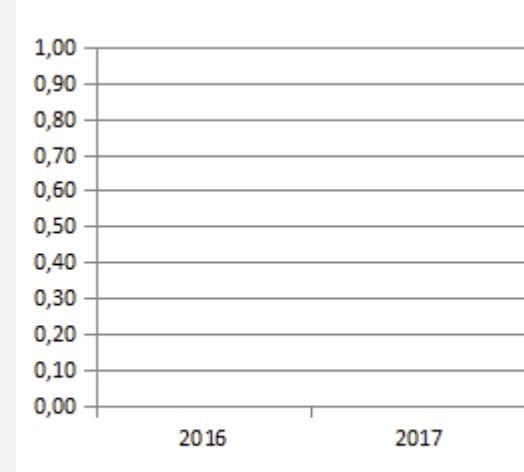
sistemas de monitoramento. O acervo dos registros arquivados assegura a fidedignidade das informações constantes no Sistema de Monitoramento e Avaliação.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

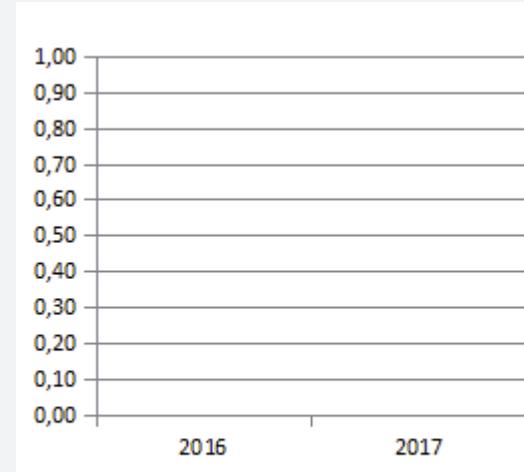
A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:



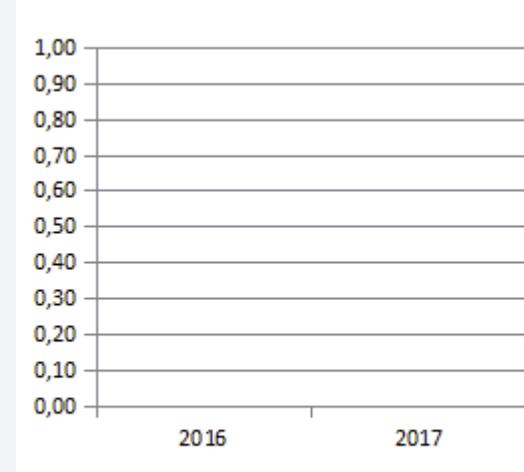
Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>0,80</td><td>0,70</td></tr><tr><td>2017</td><td>0,80</td><td>0,70</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	0,80	0,70	2017	0,80	0,70	<p>De acordo com a portaria nº78/2013, a construção de casas para os assentados da Reforma Agrária é responsabilidade dos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, por meio do programa Minha Casa Minha Vida.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2016	0,80	0,70								
2017	0,80	0,70								

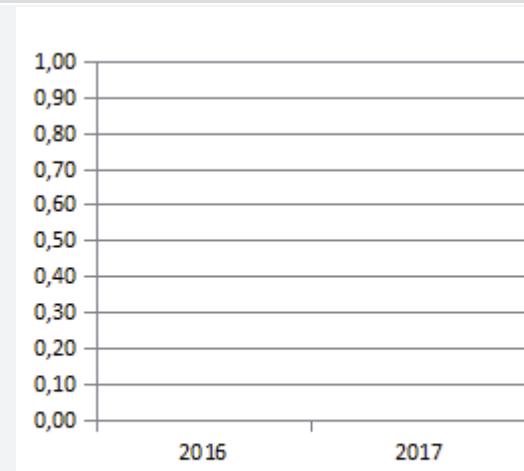
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>0,80</td><td>0,70</td></tr><tr><td>2017</td><td>0,80</td><td>0,70</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	0,80	0,70	2017	0,80	0,70	<p>Os contratos do Pronaf são firmados diretamente com os agentes financeiros, Banco do Brasil e Banco da Amazônia.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2016	0,80	0,70								
2017	0,80	0,70								

Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>1,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>2017</td><td>1,00</td><td>0,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	1,00	0,00	2017	1,00	0,00	<p>Em decorrência dos fortes cortes orçamentários, a celebração de novos contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural fora suspensa. Como a SR/25 não tinha nenhum contrato em vigor, ficou mais um exercício sem esta importante ação.</p> <p>Para 2017, já existe assegurado recursos financeiros, junto ao INCRA/Sede, para esta finalidade.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2016	1,00	0,00								
2017	1,00	0,00								

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>1,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>2017</td><td>1,00</td><td>0,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	1,00	0,00	2017	1,00	0,00	<p>A informação é por meio de amostragem inserida no SIPRA – Sistema de Informação Programa de Reforma Agrária, onde os beneficiários do programa informam por ocasião que procuram o INCRA para solicitar atualização em seus dados ou quando solicitam a emissão de sua DAP - Declaração de Aptidão.</p>
Ano	Meta	Realizado								
2016	1,00	0,00								
2017	1,00	0,00								

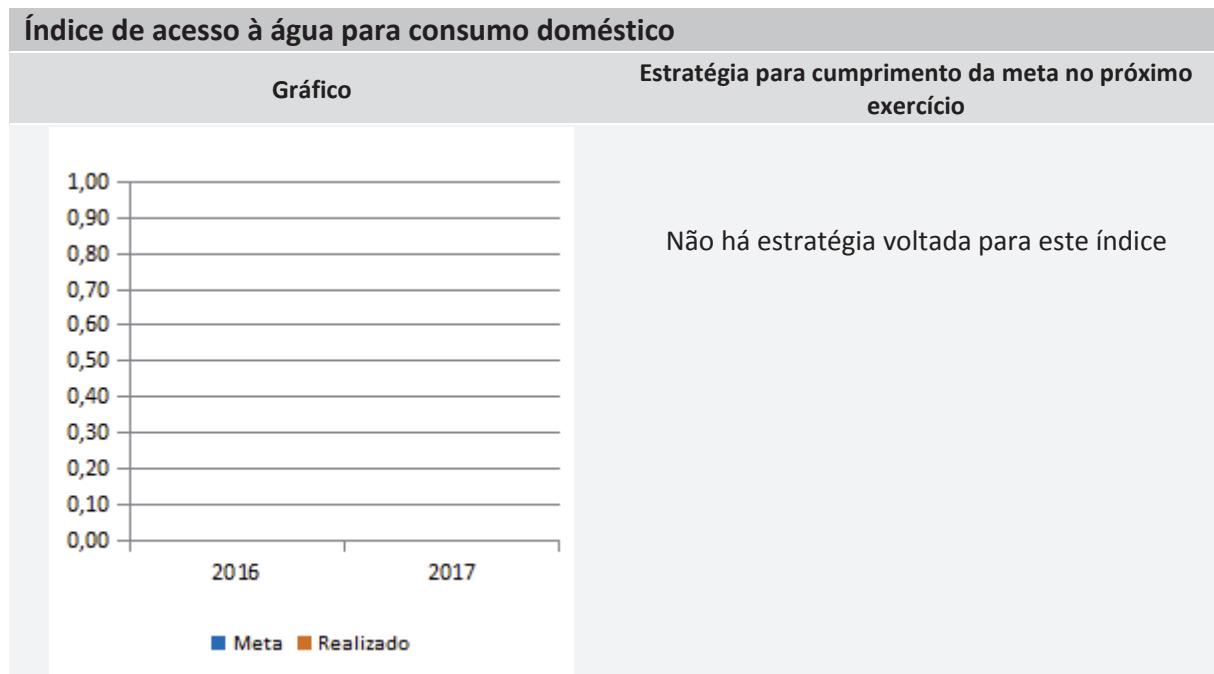
Índice de parcelas supervisionadas										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>0,00</td> <td>700,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2016	100,00	100,00	2017	0,00	700,00	Realizar as supervisões levando em consideração o planejamento do Programa Assentamentos Verdes – PAV.
Ano	Meta	Realizado								
2016	100,00	100,00								
2017	0,00	700,00								

Índice de consolidação de assentamentos										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta</th> <th>Realizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2016</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Meta	Realizado	2016	0,00	0,00	2017	0,00	0,00	Atualmente, no âmbito da SR/25 não há nenhum PA consolidado. Contudo, fora criada comissão destinada a elaborar estudos para que alguns projetos sejam consolidados (PAD Anauá, Jatapú, Samaúma, Esperança e Paredão).
Ano	Meta	Realizado								
2016	0,00	0,00								
2017	0,00	0,00								

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

De maneira semelhante ao que ocorre em referência ao fornecimento de energia nos assentamentos, este também é um parâmetro de difícil quantificação pelo setor de infraestrutura desta SR, dado ao fato de que a implementação das ações relacionadas ao abastecimento de água não ser de exclusividade da Superintendência, uma vez que com essa mesma finalidade são direcionados esforços por outras instituições como FUNASA, Ministério da Defesa e ainda o Ministério da Integração Nacional, a quem compete coordenar o Comitê Gestor do Programa Água Para Todos, que foi instituído em 2011, com o objetivo de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar. Porém, mesmo com este reforço no combate à exclusão social causada pela falta de acesso a este bem imprescindível ao desenvolvimento das comunidades rurais, ainda é muito frequente em nossa região a captação e consumo da água proveniente de pequenos córregos, cacimbas ou poços rasos individuais, cavados pelos próprios assentados em suas propriedades, com a utilização da parte

superficial do lençol freático. Todas essas formas de uso dos recursos hídricos estão sujeitas à contaminação, sendo potenciais transmissoras de doenças como Cólera e Diarreia Infecciosa. Além disso, a quantidade de água disponível nesses meios pode sofrer grande variação com o tempo.



viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento
Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências da Região Sudeste e Sul.

Item não aplicado sobre esta UJ.

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

No âmbito desta regional não possui assentamento com licenciamento ambiental ordinário em vigor.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

A unidade de Controle Interno tem desempenhado suas atribuições de auditorias preventivas e corretivas, elaborando relatórios sobre exames realizados e promovendo o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas. Além disso, junto com a Direção Estratégica do INCRA, vem desenvolvendo os trabalhos para a implantação da avaliação de riscos em toda a autarquia.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Todas as informações apresentadas neste relatório de gestão têm base nos dados e informações oriundos dos sistemas de monitoramento da instituição, bem como dos sistemas federais aos quais os elementos apresentados se vinculam como exemplo os dados orçamentários.

Institucionalmente ainda não existe um sistema de controle interno formalizado, em que deveriam estar estabelecidas práticas sistêmicas de controle interno. Em quase todas as ações descritas no Relatório de Gestão contam com normativos específicos que orientam e definem atribuições e incluem mecanismos de divisão de tarefas, alçadas decisórias e elementos para o seu gerenciamento. Muitas delas estão atreladas a Sistemas de Informação que na sua estrutura guardam elementos de controle.

A Direção Central vem demonstrando preocupação e sensibilização à gestão dos controles internos e avaliação de riscos institucional, destaque-se, o grupo de trabalho formalizado através da Portaria/INCRA/P/Nº2013 de 13 de maio de 2015, que elaborou a Política de Avaliação de Risco do INCRA, esta ainda não disseminada nas Superintendências.

Como pode ser observado, os objetivos e metas institucionais estão definidos e formalizados nos instrumentos que coordenam as ações executadas, como o Caderno de Metas, publicado após aprovação pelo Conselho Diretor.

Um importante sistema de controle da instituição está ancorado no Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais – SIR, estando grande parte das ações abrangidas e as respectivas execuções acompanhadas em relação aos objetivos institucionais. Entretanto, existe precariedade quanto ao processo de produção de informações qualificadas, de confirmação de dados, de fornecimento tempestivo, estando esse sistema voltado essencialmente para o fornecimento de dados, principalmente quanto a execução dos elementos do planejamento operacional e seus indicadores, obrigando as Superintendências, alimentarem planilhas com o detalhamento da execução de cada ação para posterior postagem na WIKI.INCRA.

Os principais sistemas de controle da Superintendência Regional de Roraima que garantem o cumprimento dos objetivos são: SIAFI, SIASG, SIPRA, SNCR SNCCI, CAR, SIGEF, SNCI , SIATER, SICONV,

SISPROT, SISDOC, SISPAD, CGU/PAD, Sala da Cidadania, SIR/Módulo de Monitoramento de Execução das ações e suas respectivas metas

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

Há problemas com os sistemas de registros de atendimento à clientela, tais como SISPROT, SISDOC e Sala da Cidadania. Estes três sistemas não dão conta de atender a necessidade das Superintendências, de controlar, prazos, número de atendimentos, etc. Esta SR trabalha sempre em consonância com os vários sistemas implantados no Órgão de responsabilidade da Sede, ficando sob a responsabilidade desta UJ alimentá-los de acordo com as normas pré-estabelecidas para tal, como por exemplo: indicar gestor para cada sistema, sendo que este é responsável pelo controle de acesso liberados para servidores diretamente ligados aquela atividade. Por fim, estamos aguardando uma providência da Direção Central quanto à implantação da Política de Avaliação de Riscos, que trará uma nova realidade para o INCRA.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

Embora um eficaz ambiente de controle seja algo essencial para a consecução dos objetivos de uma organização, nem sempre ele é levado em consideração com a importância e prioridade que merece.

Na SR/25, há a percepção de que os controles internos são importantes para que as atividades sejam desempenhadas de forma mais eficiente e eficaz, porém pouco é feito, efetivamente, para que a realidade da unidade passe a ter um ambiente de controle mais consistente.

Diversas são as fragilidades que encontramos na área de controle interno, tais como: comunicação inefficiente e inadequada, delegação de competência sem clara definição de responsabilidade e segregação de função inadequada.

Inexistência de uma avaliação de risco. Não é prática realizar avaliações de riscos (internos e externos), nem tão pouco classificá-los em diferentes níveis de prioridades. É um cenário visto não só em nível regional, mas em nível nacional, onde em todas as SR do INCRA não se visualiza o implemento dessa ferramenta de gestão como prática. Talvez, se deva ao fato de não existir uma cultura, no âmbito de toda a Autarquia, de planejamento baseado em cenários.

As atividades de controle são deficientes e pouco ajudam para o alcance dos objetivos. Mesmo existindo mecanismos para este fim, verifica-se que pouco efeito causa no cotidiano das atividades desempenhadas pela UJ.

Em relação à informação e à comunicação, pode-se dizer que são razoavelmente identificadas e documentadas. A acessibilidade às informações é adequada e perpassa todos os níveis hierárquicos e atende às expectativas dos servidores em todos os níveis.

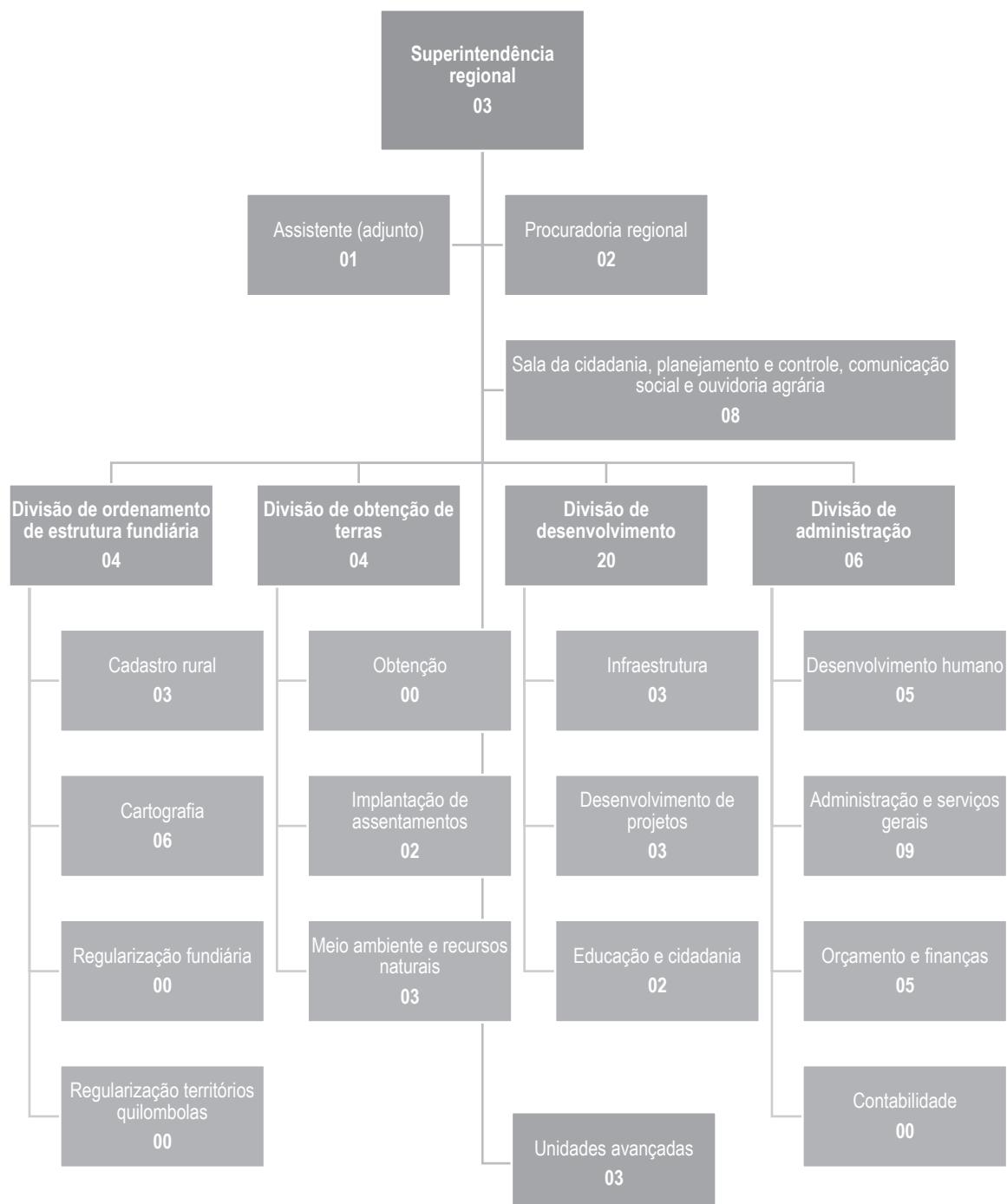
Já o sistema de monitoramento avalia a UJ de forma constante, contudo é contestada a sua efetividade.

É evidente que o Controle Interno tem papel fundamental para a consecução dos objetivos da SR e, portanto, deverá sempre estar em constante mutação – com o fito de se aperfeiçoar e proporcionar cada vez mais eficiência, eficácia, efetividade, transparência e controle nas atividades da unidade.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

Da análise, dimensionamos quanto às suficiências quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias da Unidade, levando-se em consideração a área operacional e de gestão:

- a) concluímos que para área finalística, temos quantitativamente, um número não ideal, mas que garante a manutenção das atividades propostas. Particularmente, para o cargo de Engenheiro Agrimensor há um quantitativo bem abaixo do ideal para a manutenção das atividades, já que não obtivemos êxito na seleção de candidatos no último concurso realizado;
- b) as áreas meio, tomamos como dado quantitativo, o número de colaboradores terceirizados e da necessidade imperativa de substituição dos mesmos por servidores concursados, oportunizando o cumprimento de determinação legal e consequente contratação, em consonância com o perfil técnico exigido para o alcance dos objetivos institucionais.

O aspecto mais preocupante é quanto à alta rotatividade de mão obra. Apesar dos tímidos avanços na melhoria salarial eles se mostraram insuficientes como atrativo financeiro para a permanência dos servidores efetivos. Principalmente, para os cargos nomeados para as atividades meio, onde é bastante preocupante o número de pedidos de vacância/exoneração para assumir cargos em outras instituições públicas.

Quanto ao impacto na hipótese de desligamentos por aposentadorias, somente no exercício de 2016, foram 08 (oito). Impende destacar que nossa SR conta com **25 (vinte e cinco) servidores percebendo Abono de Permanência** – que representa 27% do nosso quadro -, portanto, em condições de pleitear a aposentadoria e muitos já próximos de cumprir os requisitos para o aludido benefício. Situação essa tendente a agravar, já que as Leis que tratam das alterações das remunerações (ambas as carreiras) facultam a opção pela incorporação da gratificação de desempenho aos proventos em caráter irretratável, com prazo inicial contado da data de entrada em vigor dos referidos normativos, até 31 de outubro de 2018.

Das ações existentes na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-DAH, são incipientes as medidas que vão ao encontro de um nível de excelência na consecução de ferramentas que permitam, efetivamente, o gerenciamento da força de trabalho que temos e que necessitamos. Em meados do ano de 2014, iniciou-se um levantamento junto às Unidades descentralizadas, no formato de planilha, no intuído delas se manifestarem quanto à distribuição ideal da força de trabalho, em cotejo com aquela existente, dados esses que acreditamos nortearão um estudo e diagnóstico mais aprofundado das medidas atinentes.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem Indicadores relacionados

Das medidas que estão em nosso alcance, manteve-se a sistemática de acompanhamento das alterações na legislação pertinente – como por exemplo, recebimento eletrônico permanente da legislação atualizada, com prévia análise e posterior divulgação das mudanças.

Tem-se como rotina a leitura das publicações no DOU, quantos aos atos emanados do nível central do INCRA.

Tínhamos excelentes resenhas de RH, encaminhadas semanalmente pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, as quais abarcavam não tão somente normas internas, mas todas as matérias de interesse dos servidores. Para mitigar tal suspensão, utilizamos as informações advindas de mensagens, via SIAPE, do Ministério do Planejamento e do site do servidor (www.servidor.gov.br).

Em todas as situações supras, dá-se ampla divulgação aos servidores, mediante rede local, destinada à comunidade desta Superintendência ou por meio de memorando circular.

No tocante à política de pessoal, é conduzida pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas -DAH (Administração Central do INCRA), mediante elaboração do Plano de Capacitação. O momento mais oportuno para a referida Coordenação ter um melhor diagnóstico da situação de pessoal é por ocasião das avaliações das metas individual e institucional, agora, com ciclo anual.

Anualmente, ocorre dentro do cronograma de descentralização orçamentária, a destinação de crédito para atender demandas locais, a partir de propostas de capacitação emanadas dos setores desta Superintendência Regional.

Sem sombra de dúvida, os eventos de maiores impactos na aprendizagem - exceto modalidade "capacitação em serviços" - são viabilizados pela Administração Central do INCRA, os quais, em regra, ensejam a participação de nossos servidores e, consequente impacto no atingimento da meta pactuada.

Dos resultados almejados, em consonância com a Instrução normativa nº 78 de 13 de maio de 2014, a qual dispõe sobre critérios e parâmetros para a capacitação dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem-se como foco:

-impacto na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao público beneficiário das ações da Autarquia;

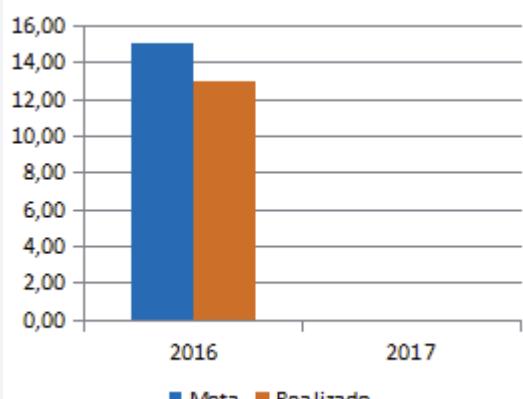
-atendimento ao imperativo de desenvolvimento permanente do servidor público, consoante Decreto Nº. 5.707, de 23/02/2006;

-melhoria da adequação das competências requeridas dos servidores, correspondentes aos objetivos estratégicos e metas institucionais, consoante diretrizes do PPA;

-avanço no processo de racionalização e efetividade na aplicação dos recursos em ações de capacitação, com foco nas metas e custo-benefício da ação para a Autarquia.

Índice de abrangência de capacitação

Gráfico

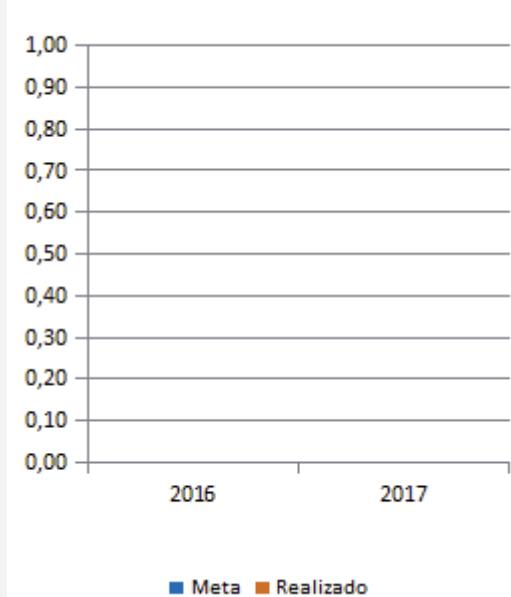


Análise

Ao longo do exercício 2016, alguns servidores foram capacitados em diversas áreas, contudo devido a grande desmotivação que atinge grande parte dos servidores desta SR poucos se habilitam a realizar algum tipo de capacitação.

Índice de horas de capacitação

Gráfico



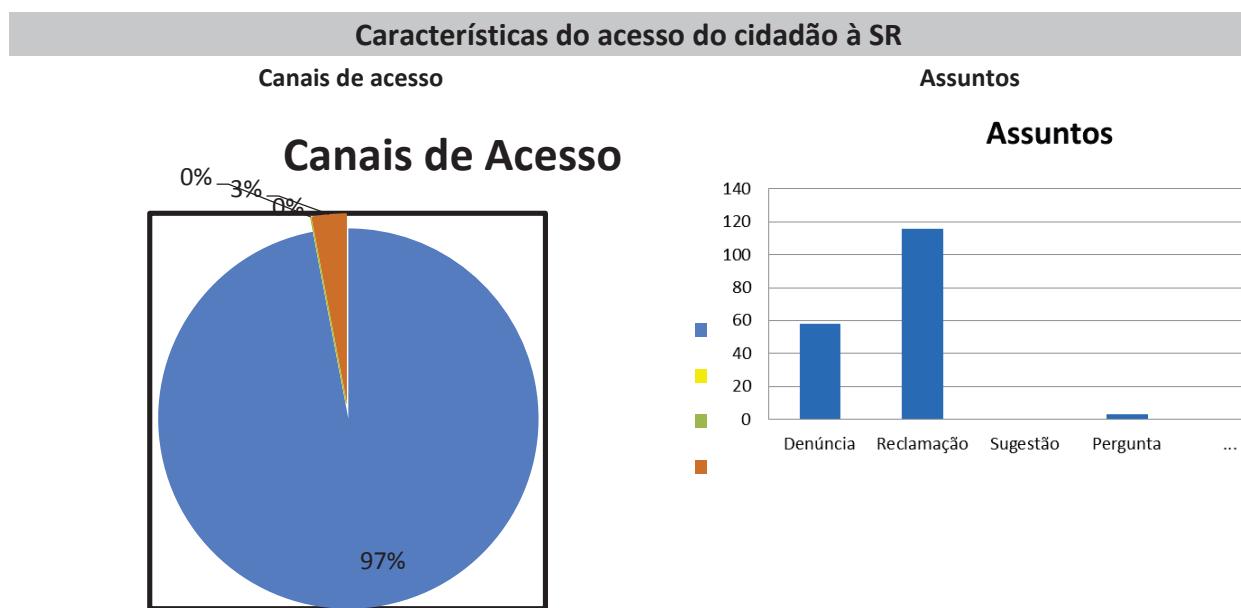
Análise

Não foi estipulada meta para este índice.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016			
Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	58	58	50
Reclamação	116	116	96
Sugestão	0	0	0
Pergunta	3	3	3



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

Em Roraima, ao contrário da maioria dos estados brasileiros, os conflitos pela posse da terra, ocorrem nas áreas de Projetos de Assentamentos Federais, sob a gestão do INCRA e posses precárias nos entornos desses Projetos. Durante o ano de 2016, esta Ouvidoria Agrária, registrou 58 (cinquenta e oito) denúncias e 116 (cento e dezesseis) reclamações, a maioria delas envolvendo assentados da Reforma Agrária, reclamando invasão de seus lotes; entre assentados e fazendeiros, cujas terras fazem limites com projetos de assentamento e entre ocupantes irregulares de lotes da Reforma Agrária e madeireiros, que invadem os lotes, ameaçam as famílias, ateiam fogo em seus casebres e, após a exploração da madeira, vendem o lote por qualquer valor a terceiros.

As denúncias são registradas diretamente na Ouvidoria Agrária Regional, na Sala da Cidadania da Superintendência e por e-mail da Ouvidoria Agrária Nacional – oanbsb@gmail.com e oan@mda.gov.br. Após o recebimento da denúncia e/ou reclamações esta Ouvidoria atua na mediação com as partes, finalizando com a lavratura de acordos, ou através de ações da Superintendência, diretamente no campo. As mais graves ou de maior potencial ofensivo, são distribuídas, de acordo com o caso, para a Delegacia de Polícia Civil Agrária e do Interior ou para a Polícia Federal ou para a Defensoria Pública Federal e Estadual. É bastante evidente que esses conflitos ocorrem em áreas onde a ausência do INCRA data de quatro a oito anos. É fato que isso ocorreu na Superintendência de Roraima. O modelo de gestão praticado pelo Partido dos Trabalhadores, aqui no estado, consistia na descentralização das ações de competência do quadro técnico do INCRA para os movimentos sociais. Dessa forma, os problemas foram se agravando e hoje as áreas de reforma agrária se transformaram em um “poço” de problemas e de irregularidades nas ocupações de lotes.

Outro ponto gerador de conflito e reclamações ocorre entre assentados da RA e fazendeiros. Esses conflitos se originaram a partir do ano de 2013, quando o INCRA reduziu as áreas de alguns Projetos de Assentamento, por ocasião da transferência das terras da União para o Estado de Roraima. O maior foco dos conflitos está localizado nos Projetos de Assentamento Ajarani, no município de Caracarai; Paredão, no município de Alto Alegre e Talismã.

Hoje, a situação está sob controle, mas esses conflitos só cessarão quando o INCRA realizar a demarcação desses limites e tornar claro o que é Projeto de Assentamento e o que é área do Estado.

Ainda no exercício de 2016, registramos e acompanhamos a instalação de dois acampamentos em áreas privadas rurais, porém, inseridas na área de expansão urbana da cidade de Boa Vista. O primeiro, instalado pelo MST, as margens do Anel Viário, nas terras acobertadas por um Título Definitivo, denominado TD João Carlos, onde 200 famílias permaneceram acampadas por cerca de seis meses. Dada a impossibilidade da desapropriação da área por parte do INCRA, a demanda foi negociada com o Instituto de Terras do Estado - ITERAIMA, que se comprometeu em assentá-las em áreas que a União repassou ao Estado. O segundo acampamento, formado por um grupo informal de aproximadamente 100 (cem) pessoas, denominado “Morada dos Anjos”, se instalou em área do Título Definitivo, conhecido como TD Pérola, também inserido em área urbana da cidade de Boa Vista. Houve confronto entre os ocupantes, Polícia Civil e Guarda Municipal e, como resultado, vários feridos e um óbito. Tivemos bastante dificuldade para resolver o conflito em razão de que o grupo

não reivindicava área para trabalhar e sim, somente aquela área do TD Pérola. Após dois meses de negociações e dada a impossibilidade do pedido, o grupo se dividiu e o movimento sucumbiu.

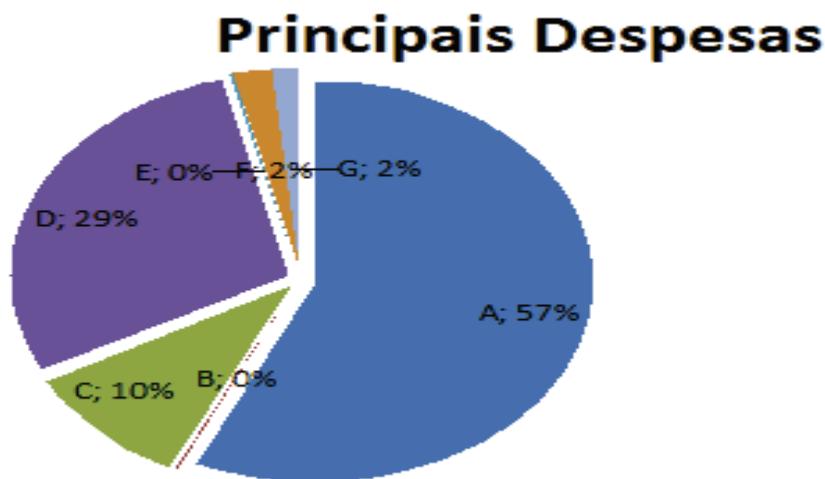
O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

As SR são órgãos descentralizados as quais compete coordenar e executar as atividades de respectivas unidades, na área de atuação, definidas em regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos /créditos descentralizados pela Sede, em Brasília-DF, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados.

Além disso, neste exercício, houve a captação de recurso financeiro por meio de uma emenda parlamentar nº. 38040001, apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 (PLN007/2015-CN), de autoria do Senador Telmário Mota, no valor de R\$ 4.256.722,00 (Quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais),



Principais despesas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Despesa A Despesas com locação de mão-de-obra	1.389.246,96	2.397.632,96	2.133.354,72
Despesa B Serviços de Publicidade Legal	15.941,64	18.332,88	11.000,00
Despesa C Material de consumo	528.226,16	677.460,08	375.510,72
Despesa D Serviços Terceiro Pessoa Jurídica	426.476,36	469.123,99	1.085.418,49
Despesa E Taxas, impostos	15.924,00	18.312,60	2.410,38
Despesa F Passagens aéreas e terrestres	51.682,00	59.434,30	82.722,06
Despesa G Despesas de Exercício Anterior		129.044,43	59.895,46
Total	2.438.323,60	3.769.341,24	3.750.311,83

A letra “A” refere-se à despesa LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA e, conforme o gráfico, representa 57% do total das despesas da SR. Já a letra “B” trata da despesa relacionada a SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL , esta é responsável por apenas 1% dos. As letras “C” e “D”representam, respectivamente, as

despesas MATERIAL DE CONSUMO e SERVIÇO DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA, juntas somam 39% do total dos gastos da Superintendência. A letra “E” trata das despesas com TAXAS E IMPOSTOS, representando apenas 0,1% do total de gastos, a letra “F” refere-se à despesa PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES com 2% e, por fim, a letra ”G” referindo-se à despesa EXERCÍCIO ANTERIOR que foi responsável por 3% do total dos gastos.

Por tudo isso, fica nítido que o maior gasto que a SR possuí está relacionado com a contratação de mão-de-obra terceirizada (limpeza, vigilância e apoio administrativo), reflexo da falta de investimento em concurso público, em relação ao apoio administrativo, – meio de recrutamento e seleção para servidores efetivos.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
BALANÇO PATRIMONIAL - BP	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-25---roraima
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-25---roraima
BALANÇO FINANCEIRO - BF	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-25---roraima
DEM Variações Patrimoniais - DVP	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-25---roraima
DEM FLUXO DE CAIXA - DFC	http://www.incra.gov.br/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-25---roraima

De acordo com a lei 4.320/1964, art.101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

Assim, as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo aplicação da aplicação da contabilidade do setor público são as relacionadas acima.

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A conta 1.2.1.1.1.03.01- Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante de recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação concedidos em suas diversas modalidades. Com o propósito de fortalecer a Reforma Agrária, o INCRA concedeu créditos para os assentados de todo o território nacional ao longo de 28 anos e não havia efetivado a cobrança destes por razões distintas.

Em junho de 2013, a Direção Superior da autarquia adotou a medida de recolhimento de todos os recursos financeiros depositados nas contas bancárias de Associações e Grupos relacionados ao crédito instalação de todas as Superintendências do país, com o intuito de aprimorar o processo de aplicação desses créditos. Posteriormente, foi descentralizando parte desses recursos mediante o atendimento de alguns condicionantes por parte das Regionais para aqueles projetos de assentamento que ainda possuíam trabalhos em andamento. Parte desses recursos não foram mais restituídos, pois a aplicação do crédito não havia sido iniciada ou já tinha sido finalizada.

Dante desse cenário, e também após as inúmeras recomendações dos órgãos de controle no tocante ao encaminhamento de uma solução definitiva quanto aos créditos pagos pelo INCRA, no decorrer de quase três décadas, o Governo Federal editou a MP nº 636/2013, que tratava sobre a liquidação dos referidos créditos por meio dos instrumentos da remissão para um grupo que não ultrapassasse um teto estipulado e pagamento de um percentual relacionado ao crédito habitação e daqueles que porventura superassem o teto preestabelecido. Essa medida provisória foi posteriormente convertida na atual Lei nº 13.001/2014 e os trabalhos para a baixa contábil dos valores concedidos se encontram em andamento.

O INCRA adotou algumas medidas para executar os procedimentos de remissão e cobrança propostos pela Lei nº 13.001, e assim viabilizar a baixa contábil desse financeiro junto ao SIAFI, dentre as quais duas se destacam por sua grande relevância. São elas:

- 1) Desenvolvimento de um sistema denominado SNCCI para agregar todas essas informações relacionadas aos créditos já concedidos e também aos que ainda serão concedidos;
- 2) Realização de diversas oficinas pelo Brasil para capacitar os servidores da Autarquia que trabalham na área de crédito e de finanças para executarem o saneamento dos processos de pagamento de crédito instalação, fazendo o posterior lançamento desses dados no SNCCI que culminará em remissão ou cobrança. Por se tratar de um trabalho complexo, os resultados ainda não atingiram os níveis esperados desde a sua implementação, no ano de 2014, mas temos a convicção de que os fins almejados pela Autarquia seguramente serão alcançados no médio prazo. Nossa Superintendência evoluiu pouco nesse quesito em virtude de termos enfrentado mudanças de Gestores e também de prédio na fase inicial deste trabalho. Considerando que até a presente data o Sistema Nacional de Cobrança de Crédito Instalação (SNCCI) não está com o módulo de cobrança pronto, os trabalhos relacionados à remissão se encontram mais avançados e consequentemente a baixa contábil destes créditos está sendo operacionalizada. Por outro lado, a cobrança dos créditos não alcançados pela remissão só depende da edição de um decreto regulamentador para a Lei nº 13.001/2014 e desta forma haverá a ampliação progressivamente os procedimentos de baixa na conta Empréstimos Concedidos a Receber.

SOBRE OS SALDOS

No exercício de 2016, o saldo inicial da conta 1.2.1.1.03.01 - Empréstimos Concedidos a Receber abriu com o montante de R\$ 57.417.793,13 e encerrou o exercício com o mesmo saldo.

7.3.2 Créditos a receber de parceleiros

A conta 121219808 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016, o saldo final da conta era R\$ 0,00.

A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia Legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PAs.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela Divisão Estratégica - DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A ideia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>Acórdão 775/2016</u> <u>TCU- Plenário</u>	-	-	Há em execução um Plano de Providências Regional para atender as deliberações do TCU.
<u>Acórdão 2451/2016</u> <u>TCU- Plenário</u>	-	-	Há em execução um Plano de Providências Regional para atender as deliberações do TCU

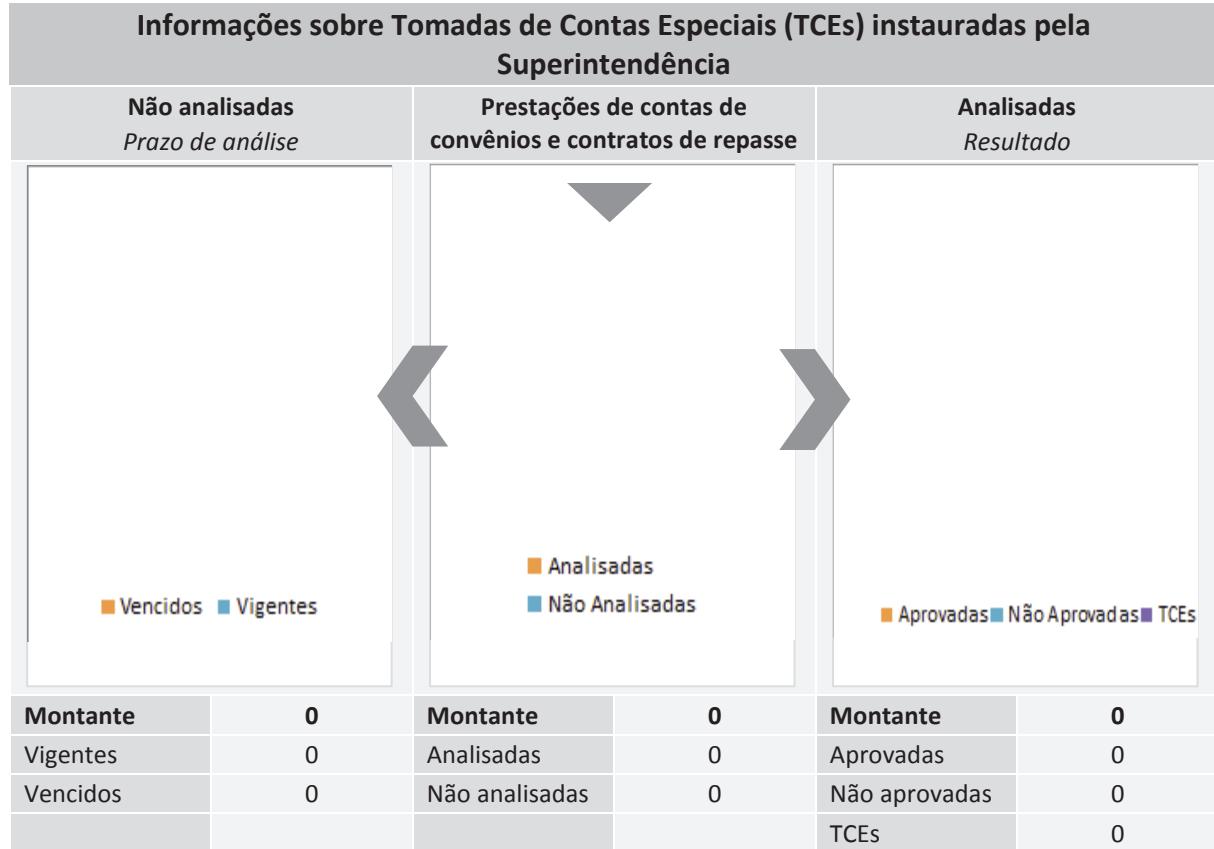
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Neste exercício não houve deliberação por parte da Controladoria Geral da União para esta SR.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>Relatório CGU XX/2016</u>	-	-	-
<u>Relatório CGU XX/2016</u>	-	-	-

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano

No exercício de 2016, não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial – TCE.



Análise

No exercício de 2016, não ocorreram fatos objetos de medidas administrativas internas, pela avaliação da unidade, que ensejassem em tomada de contas especial.

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

No exercício de 2016, não foi possível observar as disposições do art.5º da Lei 86666/93, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência dos contratos de prestações de serviços de mão de obra terceirizada. Todos os recursos recebidos na Superintendência Regional são de origem interna e descentralizados pelo INCRA/Sede.

9- Anexos e apêndices

9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	x				
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x		
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	x				
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.			x		
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os		x			

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
	riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x			
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x			
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x		
4	Informação e comunicação				
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x		
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x		
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x		
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x		
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x		
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x			
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x			
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x		
Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.				
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.				
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.				
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.				

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

A superintendência no exercício de 2016 não registrou todos os atendimentos estratificados por assunto, não foi possível detalhar todas as informações requeridas junto ao INCRA.

A SR informa que as solicitações de informações por meio do SIC – Sistema de Informação ao Cidadão que podem ser obtidas acessando os links: <http://www.incra.gov.br/content/acesso-informacao> e <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>.

Neste sistema os cidadãos podem conferir e acompanhar as estatísticas dos atendimentos realizados pelo INCRA, que no ano de 2016, registrou 03 (Três) solicitações de informações.

Serviço	Demandas	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Serviço A	-	-	-	-	-
Serviço B	-	-	-	-	-
Serviço C	-	-	-	-	-
Serviço D	-	-	-	-	-
Serviço E	-	-	-	-	-

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)

Índice 2016: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (0,00 - Fonte:) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)

Índice 2016: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de Regularização Fundiária (%)

Índice 2016: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte:) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte:)

Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)

Índice 2016: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte:) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte:) multiplicado por 100.

Previsão/meta: Plano de metas (100%). Plano de metas 2017 ainda não publicado

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)

Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (0 - Fonte:) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)

Índice 2016: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de provimento de PDA/PRA (%)

Índice 2016: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte:) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)

Índice: 2015: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (0 - Fonte:) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Metas: 2015: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte:) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte:) multiplicado por 100. 2017: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção

Realizado 2015: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:). Meta 2015: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:), 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2016 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)

Índice 2015: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (0 - Fonte:) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2015: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: , dividido pela Meta de famílias a

serem assentadas () Fonte: 2016: Meta de famílias a serem atendidas com ATES () Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$

Pesquisa por amostragem realizada entre os dias xxxxxxx e xxxx em nnnn PAs

Índice de parcelas supervisionadas (%)

Realizado 2015: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Meta 2015: Meta Supervisão (0 - Fonte:) dividido pela Meta de famílias assentadas (0 - Fonte:) multiplicado por 100. 2017: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) dividido pela Meta de famílias assentadas (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.

Índice de consolidação de assentamentos (%) /

Índice 2016: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos

Despesas	2015	2016	2017
A	2.397.632,97	2.133.354,72	0,00
B	18.332,88	11.000,00	0,00
C	677.460,08	375.510,72	0,00
D	469.123,99	1.085.418,49	0,00
E	18.312,60	2.410,38	0,00
F	59.434,30	82.722,06	0,00
G	129.044,43	59.895,46	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Total	3.769.341,25	3.750.311,83	0,00

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares